

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

PNE 2015-2025, LEI MUNICIPAL Nº 3862, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015 (PME/BC)

**RELATÓRIO DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

**BALNEÁRIO CAMBORIÚ
FEVEREIRO
2022**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Esse relatório formaliza a realização da Primeira Conferência de Avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) ocorrida em 15 de dezembro de 2021. A conferência cumpriu os requisitos estabelecidos na Lei nº 3862/2015, Art. 9º. Segundo o artigo, fica autorizado a Secretaria de Educação a realização de 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do PME, coordenada pelo Fórum Municipal de Educação. O objetivo é avaliar a execução do PME no cumprimento de suas metas e estratégias.

Elaboração:

- Comissão Organizadora da Primeira Conferência de Avaliação do PME/BC (Fórum: decreto nº 10.478/2021 e decreto nº: 10.602/2021):

- i. Maria Ester Menegasso – CONSEME
- ii. Mirella Padilha – Secretaria de Educação
- iii. Daniel Lima de Oliveira – AMPE - Núcleo das Escolas Particulares
- iv. Rita de Kácia Favretto Thibes - Assessora técnica
- v. Rudnei Joaquim Martins - Assessor técnico

- Comissão Coordenadora do PME/BC (Decreto nº 10.463/2021):

i – Secretaria de Educação:

- a) Titular: Mirela Padilha;
- b) Suplente: Rudnei Joaquim Martins.

ii – Comissão de Educação da Câmara de Vereadores:

- a) Titular: Vereador Carlos Souza Fernandes;
- b) Suplente: Vereadora Juliana Pavan Von Bostel e Vereador Patrick Hernandes Machado.

iii – Conselho Municipal de Educação – CONSEME:

- a) Titular: Maria Ester Menegasso;
- b) Suplente: Rita de Kácia Fravetto Thibes.

LISTA DE SIGLAS

ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
ADI; ADIn	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
AMFRI	Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CAQi	Custo Aluno-Qualidade inicial
CEAC	Centro de Educação de Atendimento no Contraturno
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CEM	Centro de Educação Municipal
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNE/CEB	Conselho Nacional da Educação/ Conselho Nacional da Educação Básica
COMAD	Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas
CONSEME	Conselho Municipal de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PEE	Plano Estadual de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PlanCon	Planos de Contingência
PMBC	Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SAEB/Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SED	Secretaria de Educação
SEESP/GAB	Secretaria de Educação Especial
Simec	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
CONCLUSÃO	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS:.....	18
ANEXOS.....	22
ANEXO 1 – Listas de presença da Primeira Conferência de Avaliação do Plano Municipal de Educação de (PME) de Balneário Camboriú	23
ANEXO 2 – Planilhas de votação do Drive por GT apresentadas na Primeira Conferência de Avaliação do Plano Municipal de Educação de (PME) de Balneário Camboriú	33
ANEXO 2.1 – GT 1- Planilha de Votação	34
ANEXO 2.2 – GT 2- Planilha de Votação	42
ANEXO 2.3 – GT 3- Planilha de Votação	50
ANEXO 2.4 – GT 4 - Planilha de Votação	56
ANEXO 2.5 – GT 5 - Planilha de Votação	65
ANEXO 2.6 – GT 6 - Planilha de Votação	74
ANEXO 2.7 – GT 7 - Planilha de Votação	87
ANEXO 3 – Atas dos Grupos de Trabalho (GTs).....	90
ANEXO 4 - Moções apresentadas na Primeira Conferência de Avaliação do Plano Municipal de Educação de (PME) de Balneário Camboriú	117

APRESENTAÇÃO

No dia 15 de dezembro de 2021, foi realizada a Primeira Conferência de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) de Balneário Camboriú, no Centro Municipal de Educação (CEM) Ivo Silveira. Além do objetivo de apresentar formalmente a sociedade e todos os envolvidos, direto ou indiretamente com a educação do município, os resultados dos monitoramentos realizados pelas Equipes Técnicas, a conferência tem a função de avaliar a execução e o cumprimento das metas e estratégias.

Para avaliar o PME, é necessário estudar os monitoramentos já realizados pelas Equipes Técnicas que monitoraram o plano. Até o momento, foram produzidos 4 (quatro) relatórios que já se encontram publicados no site da Prefeitura de Balneário Camboriú (PMBC): [https://www.bc.sc.gov.br/aba: Servicos/Cidadão/ Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação \(PME\)/ DOWNLOADS](https://www.bc.sc.gov.br/aba:Servicos/Cidadao/Relatorio%20de%20Monitoramento%20do%20Plano%20Municipal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(PME)/DOWNLOADS). Os monitoramentos foram iniciados em 2017, referente a 2016; 2018, referente a 2017; 2019 referente a 2018, e 2021, referente aos anos de 2019 e 2020, em virtude da pandemia do novo “Covid 19”.

O Fórum Municipal de Educação, Decretos: nº 10.478/2021 e nº 10.602/2021, escolheu uma Comissão Organizadora da Primeira Conferência de Avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) de Balneário Camboriú (BC), realizada no dia 15 de dezembro de 2021. Todos os documentos e informações as respeito do Fórum e da conferência encontra-se também no site da PMBC: [https://www.bc.sc.gov.br/aba: Servicos/Cidadão/ Fórum Municipal de Educação](https://www.bc.sc.gov.br/aba:Servicos/Cidadao/Forum%20Municipal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o).

A Primeira Conferência de Avaliação do PME/BC, teve caráter deliberativo, diagnosticando realidades e possibilitando propostas que subsidiarão a efetivação do PME 2015-2025. Esse trabalho tomou como base principalmente a avaliação das metas e estratégias, contribuindo com proposições e ações que permeiam as políticas educacionais, a partir da participação popular, da cooperação federativa e do regime de colaboração.

A conferência possibilitou a participação, tanto o poder público, o setor privado de ensino, os segmentos sociais, entidades que atuam na área educacional e setores organizados da sociedade que estão engajados a contribuir com o processo educativo. Ela promoveu também debates a respeito do PMDE com caráter deliberativo, fortalecendo as decisões tomadas através dos monitoramentos já realizados, validando ou não as alterações e(ou) correções do texto do anexo da Lei nº 3862/2015 que

instituiu o PME. A conferência lança um novo olhar sobre os monitoramentos, contribuindo com sugestões e olhares no documento que será produzido denominado “AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – VERSÃO FINAL”.

O PME 2015-2025 de Balneário Camboriú, assim como os demais planos supranacionais é decenal, instituído pela Lei nº 3862, de 18 de dezembro de 2015, está em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei Federal nº13.005/2014 – e com o Plano Estadual de Educação (PEE) – Lei Estadual nº 16.794/2015. O PME é um marco para a educação do município, com a promessa de promover os “20 passos em direção ao futuro da educação do município”, representado por suas 20 (vinte) metas e suas respectivas estratégias, 232 (duzentos e trinta e dois) ao todo.

O Art. 5º da Lei do PME, apresenta como responsáveis pelo monitoramento contínuo as seguintes instâncias:

- i) Secretaria de Educação (SED);
- ii) Comissão de Educação da Câmara de Vereadores;
- iii) Conselho Municipal de Educação (CONSEME);
- iv) Fórum Municipal de Educação.

Um documento denominado “I Relatório Preliminar de Monitoramento do PME”, foi produzido especialmente para a Primeira Conferência Municipal de Educação de 2021, apresentando as adequações ao texto do PME, sugestões essas desenvolvidas pelas equipes técnicas que realizaram os monitoramentos até o momento. Esse relatório pode ser encontrado em: https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/conteudo_downloads/TB6KX7SW.pdf, servindo de base para iniciar os debates e as votações na conferência.

O Primeiro Relatório Preliminar dos Monitoramentos do PME Balneário Camboriú, contendo as notas técnicas de todos os monitoramentos foi compartilhado de forma impressa e digital, através do *Drive do Google*, podendo inclusive ser realizado *download* no site da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, na aba: **Serviços>Cidadão> Fórum Municipal de Educação/ I Relatório Preliminar dos Monitoramentos do Plano Municipal de Educação de Balneário Camboriú.**

Além dos Decreto nº 10.478 que instituiu o Fórum e o Decreto nº 10.602 que nomeou os membros do fórum, uma Comissão de Organização foi criada a partir daí para a realização da Primeira Conferência de Avaliação do PME. Todos esses atos legais formalizam o presente relatório.

INTRODUÇÃO

O caráter deliberativo da conferência apresentou um conjunto de proposições e de ações que permeiam as políticas educacionais, a partir da participação popular, da cooperação federativa e do regime de colaboração. Participaram desse evento o poder público e o setor privado de ensino, segmentos sociais e entidades que atuam na área educacional, bem como, setores organizados da sociedade, todos dispostos a contribuir para a melhoria da educação no município.

O PME que segue em fase de execução e de acompanhamento sistemático, porém a sua efetivação depende de esforços políticos, financeiros e tomada de decisões e principalmente ajustes no texto da lei que instituiu o plano. As Equipes Técnicas e as Comissões Coordenadores do PME, cumpriram e continuam cumprido o seu papel monitorando sistematicamente, produzindo seus relatórios e encaminhando notas técnicas.

O Fórum Municipal de Educação, junto com a Secretaria Municipal de Educação e todos aqueles que participaram da Primeira Conferência de Avaliação do PME, constituíram o processo democrático de avaliação dos monitoramentos, votando e aprovaram as adequações e ou alterações no anexo da Lei nº 3862/2015. Essas alterações do anexo da lei do PME, são de suma importância para torná-lo executável durante a sua vigência.

Ao acompanhar o processo de alteração da lei do PME, todos devem estar atentos: dirigente municipal, unidades de ensino, equipes técnicas da prefeitura, parlamentares e as representações da sociedade em geral. Esse é um exercício contínuo de aproximação da gestão educacional ao desejo da sociedade, configurando-se como um trabalho coletivo, transparente e democrático.

Após a conferência, foi produzido o atual relatório que visa apresentar as decisões tomadas durante o processo de debates e votações realizadas nos GTs e nas plenárias. O escopo do documento é apresentado com anexos e *links* de acesso que comprovam sua autenticidade. Todo esse processo visa a produção de um documento denominado “AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – VERSÃO FINAL”, produzido pela Comissão Coordenadora que monitora o PME, relatório este que será encaminhado à Secretária de Educação de Balneário Camboriú para os tramites legais.

Salientamos que o PME se encontra em movimento e a Primeira Conferência de Avaliação do PME/BC contribui para que o Plano Municipal de Educação se concretize durante sua vigência, garantindo assim que o PME se torne um marco na qualidade da educação no município.

1 – A CONFERÊNCIA: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Para garantir a participação presencial de forma segura durante a Primeira Conferência de Avaliação do PME de Balneário Camboriú (BC), foram cumpridos todos os protocolos de segurança estabelecidos pelas autoridades responsáveis pelos Planos de Contingência (PlanCon). A Secretaria de Educação (SED) deu todo suporte físico, técnico, materiais e equipamentos para a realização da conferência, coordenada pela Comissão Organizadora da Conferência.

Essa comissão foi composta tanto por membros do Fórum de Educação quanto da SED, com a seguinte composição:

- i) Maria Ester Menegasso – CONSEME/Fórum
- ii) Mirella Padilha – SED/Fórum
- iii) Daniel Lima de Oliveira – AMPE - Núcleo das Escolas Particulares/Fórum
- iv) Rita de Kácia Favretto Thibes - Assessora técnica CONSEME/SED/Fórum
- v) Rudnei Joaquim Martins - Assessor técnico da SED

Para a realização dos trabalhos, houve toda uma organização, desde reuniões on-line com os membros do Fórum, divulgação da conferência, inscrições de delegados de forma on-line, realização do evento e produção de relatórios. Sendo assim, a Primeira Conferência de Avaliação do PME/BC, seguiu o seguinte fluxo:

- i) reuniões on-line com os membros do Fórum para tomada de decisões;
- ii) divulgação da data e local da conferência;
- iii) inscrição prévia dos delegados de forma on-line, disponibilizado no Link do Fórum, <https://www.bc.sc.gov.br/conteudo.cfm?caminho=forum-municipal-de-educacao>;
- iv) validação das inscrições dos delegados pela Coordenação do Fórum;
- v) realização da conferência;
- vi) credenciamento dos delegados, ouvintes, convidados e observadores;
- vii) solenidade de abertura;
- viii) plenária inicial com a leitura e aprovação do regimento interno;
- ix) palestra da Consultora em educação da ANFRI, Professora Ms. Gilmara da Silva, como convidada;
- x) início dos trabalhos nos GTs;

- xi) intervalo/ coffee break;
- xii) plenária final, com a leitura das atas dos GTs e votação final;
- xiii) encerramento.

No dia da conferência, seguiu-se o seguinte cronograma:

- 13:00 h às 13:30h: credenciamento;
- 13:30h às 14h: solenidade de abertura;
- 14:00h às 14:30h: plenária de aprovação do regimento interno;
- 14:40h às 16:30h: grupos de trabalho (GTs);
- 16:30h às 16:45h: intervalo;
- 16:50h às 18:00h: plenária final;
- 18:00h às 18:30h: encerramento.

Toda essa organização, permitiu que os trabalhos ocorressem de forma ordeira, tanto nas plenárias, inicial e final, quanto nos GTs. O formato de grupo de trabalho proporcionou o direcionamento dos assuntos por área e interesse dos participantes, aprofundando-se na temática e facilitando o processo de votação.

Para essa organização, os GTs, ficaram divididos da seguinte forma:

- i) **GT 1** - Meta 1 (Educação Infantil) e Meta 6 (Educação Integral);
- ii) **GT 2** - Meta 2 (Ensino Fundamental) e Meta 5 (Alfabetização);
- iii) **GT 3** - Referente a Meta 4 (Educação Especial /Inclusiva);
- iv) **GT 4** - Referente a Meta 7 (Qualidade);
- v) **GT 5** - Referente a Meta 12 (Educação Superior), Meta 13 (Titulação de Professores da Educação Superior), Meta 14 (Pós-Graduação Stricto Sensu), Meta 15 (Habilitação dos Docentes da Educação Básica) e Meta 16 (Formação de Professores da Educação Básica);
- vi) **GT 6** - Referente as Metas 3 (Ensino Médio), Meta 8 (Escolaridade Média da População), Meta 9 (Escolaridade Média da População com 15 Anos ou mais), Meta 10 (EJA Integrada à Educação Profissional) e Meta 11 (Educação Profissional), e;
- vii) **GT 7** - Referente a Meta 17 (Valorização dos Profissionais do Magistério), Meta 18 (Planos de Carreira), Meta 19 (Gestão Democrática) e Meta 20 (Financiamento da Educação).

No dia da conferência, foi disponibilizado listas de presenças para todos aqueles que dela participaram: delegados, convidados, ouvintes e observadores. Estas listas de presença encontram-se anexadas a este documento (ANEXO 1).

2 – O SISTEMA DE VOTAÇÃO DURANTE A CONFERÊNCIA

O relatório preliminar apresentado na Primeira Conferência de Avaliação do PME, continha a compilação das “notas técnicas” dos monitoramentos já realizados. As notas técnicas são textos elaborados por técnicos das equipes técnicas que monitoraram o PME que contém justificativas e/ou fundamentos legais, emitidas para formalizar sugestões de alteração de determinada meta ou estratégia. Todo esse processo visa auxiliar as tomadas de decisões para os encaminhamentos do PME.

Durante a conferência as técnicas foram apreciadas pelos delegados que tinham direito a voto. Conforme Regimento da conferência, disponibilizado em: https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/conteudo_downloads/AZ2XH8GE.pdf, as notas técnicas e as sugestões de alteração foram votadas nos GTs, com a leitura do texto aos delegados.

No processo de votação, as alterações sugeridas que atingiram mais de 50% dos votos já foram consideradas aceitas para compor o relatório: “AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – VERSÃO FINAL”, não indo para votação na plenária. Porém, aquelas que atingiram votação entre 30% a 50% dos votos, seriam levadas para definição na plenária final. Fato esse que não ocorreu, pois todos os assuntos foram definidos nos GTs. Quando as votações que ficaram abaixo dos 30%, não foram consideradas, sendo mantido o texto original da lei do PME. Todo processo de votação nos GTs, estão presentes como anexos denominados “Planilhas de Votação” (ANEXO 2).

Independente do processo de votação durante os GTs e nas plenárias, foi possibilitado aos participantes da conferência a apresentação de moção de qualquer natureza ao documento base apresentado, realizada através de formulário próprio disponibilizado pela comissão organizadora. Durante os GTs e nas plenárias, foi dado aos participantes da conferência a oportunidade de 2 (dois) minutos para expor verbalmente ou por escrito, suas contribuições e/ou sugestões a respeito do processo de votação. As contribuições encaminhadas foram entregues à mesa coordenadora, tanto do GT quanto à Comissão de Avaliação do PME.

A plenária final, destinada à validação do “**I Relatório Preliminar de Avaliação dos Monitoramentos do PME**” apresentado durante a conferência, aprovou as deliberações de cada um dos GTs, sendo apresentada pelos Coordenadores na plenária final, seguindo a seguinte ordem:

- i) apresentação das deliberações em cada GT, ou seja, leitura das Atas (ANEXO 3);

- ii) votação na plenária final, somente das notas técnicas ou sugestões de alteração ao documento que ficaram entre 30% a 50% dos votos no GTs, e;
- iii) manifestações diversas.

Salientamos que durante a conferência nenhuma “nota técnica” contendo correção ou alteração de meta ou estratégia ficou entre 30% a 50% dos votos. Houve sim, aprovação com mais de 50% dos votos ou rejeição com menos de 30 % dos votos, todas as decisões foram aprovadas nas deliberações da conferência. Houve sim, a apresentação de 9 (nove) moções anexadas nesse relatório (ANEXO 4). Durante a conferência foi assegurado, principalmente na plenária final, o direito dos delegados de se manifestarem, por ordem, à coordenação da conferência, para exposição de questionamentos e assuntos afins.

Para corroborar e justificar o processo de debate e votação, apresentamos as “**planilhas de votação por GT**” como Anexo 2, de forma detalhada por GT. Essas planilhas somadas as **atas, moções e os *Links*** de acesso apresentados, formam os documentos basilares da Primeira Conferência de Avaliação do PME/BC. A partir de agora, a Comissão Coordenadora, sistematizará os resultados obtidos na conferência e encaminha o documento denominado “**Avaliação do Plano Municipal de Educação – Versão Final**”, entregando à Secretária de Educação de Balneário Camboriú. A Secretária Municipal agora pode rever políticas, ações e programas e dar os encaminhamentos das possíveis alterações no plano vigente através da tramitação e aprovação no legislativo municipal, para que se torne oficial o novo texto do anexo da lei do PME.

3 – A FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO (GTs)

Durante o processo de inscrição dos delegados para a Primeira Conferência de Avaliação do PME, cada inscrito pode optar pelo GT de seu interesse, o processo de inscrição ocorreu através de formulário on-line disponibilizado pela Comissão Organizadora da Conferência, através de formulários que podiam ser encontrados no link: <https://www.bc.sc.gov.br/conteudo.cfm?caminho=forum-municipal-de-educacao>. A validação dos delegados e observadores que participaram da conferência, bem como a definição daqueles delegados que teriam direito a voto durante as discussões nos GTs, ficou a cargo da Comissão Organizadora em reuniões específicas, após a finalização do prazo das inscrições. Porém, aqueles que foram nomeados para o Fórum, decreto nº 10.602/2021, tanto os que assumiram funções nos GTs quanto na organização da conferência, automaticamente tiveram direito a voto como delegados sem precisar realizar inscrição prévia.

Para as atividades desenvolvidas nos GTs, foram selecionados entre os integrantes do Fórum funções específicas no processo de debate e de votação, dentre elas temos:

- i) **um coordenador:** responsável por apresentar a equipe de coordenação, supervisionar as ações de todos os membros e conduzir as considerações;
- ii) **um expositor:** função que podia ser exercida pelo coordenador, responsável por apresentar sucintamente a(s) meta(s) do grupo de trabalho, realizar a leitura dos textos e das notas técnicas;
- iii) **um secretário:** responsável por elaborar a ata do grupo de trabalho;
- iv) **um redator:** função que podia ser exercida pelo secretário, responsável pelo recebimento das contribuições e pelos registros no relatório do grupo de trabalho;
- v) **um membro de apoio:** responsabilizar-se pelo registro fotográfico, coleta de assinaturas dos inscritos e credenciados e controle do tempo das contribuições.

Essa metodologia permitiu o bom andamento dos trabalhos. Ademais, nos GTs tiveram uma dinâmica com apresentação e leitura do “Relatório dos Monitoramentos do PME” correspondente as metas organizadas por grupo de trabalho e apresentação das notas técnicas contidas no referido relatório.

As notas técnicas e as sugestões de alteração apresentadas durante a conferência teve caráter de emenda ao texto do PME aditiva, com acréscimo de termos de forma completa ou de partes;

supressivas, com a retirada de partes ou de todo o texto do documento e; substitutivas, com propostas de uma nova redação, alterando significante a meta ou estratégia.

Essas proposições e contribuições servem para a Avaliação do PME/BC, para os anos que ainda restam na sua vigência. Durante a leitura do “Relatório Preliminar dos Monitoramentos do PME”, os participantes podiam manifestar-se, expondo suas contribuições e/ou sugestões de acordo com a estrutura prevista para o evento aprovada no Regimento Interno. As sugestões apresentadas nos GTs, foram pertinentes e exclusivas ao PME, sendo entregues por escrito, de forma verbal ou digitado no formulário on-line da mesa coordenadora.

4 – A PLENÁRIA FINAL E DISPOSIÇÕES GERAIS

A Plenária Final, foi destinada à validação do Relatório de Avaliação dos Monitoramentos do PME e as sugestões apresentadas ao texto base durante o processo de votação nos GTs. Esse processo foi coordenado pela Comissão Organizadora da conferência para a finalização dos trabalhos. A Plenária Final, além de aprovar as deliberações de cada um dos GTs apresentadas pelo Coordenador do GT, permitiu que as notas técnicas e/ou sugestões de alteração do documento com 30% a 50% dos votos fossem definidos.

Quaisquer questionamentos ao andamento da conferência pode ser apresentado durante a plenária final, desde que fossem exclusivos ao tema abordado, sem prejuízo ao andamento das atividades. O “Relatório de Avaliação dos Monitoramentos do PME” com as contribuições dos delegados pode ser aprovado com os votos da maioria simples, ou seja, 50% mais um, de todos os votos dos delegados e presentes com direito a voto devidamente credenciados. Todos os itens discutidos nos GTs e na Plenária Final, aprovados ou não fazem parte deste relatório como anexos.

Embora o Regimento Interno da conferência normatize toda dinâmica do evento, os casos a Comissão Organizadora da Primeira Conferência de Avaliação do PME/BC, ficou responsável pela utilização dos recursos para a realização do evento e pelas devidas prestações de conta, junto aos órgãos competentes, bem como a resolução dos casos omissos que poderiam surgir. Fato esse que não ocorreu.

CONCLUSÃO

A Comissão que coordenou a conferência formaliza com esse relatório as deliberações ocorridas em 15 de dezembro de 2021. Essas deliberações vão propor ações para que seja revisto o “anexo da Lei 3862/2015”, Lei que instituiu o PME de Balneário Camboriú. Através deste relatório intitulado: “RELATÓRIO DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ”, a Comissão Coordenadora da Primeira Conferência de Avaliação do PME finaliza os trabalhos, encerrando um ciclo de observações e reflexões, votações e deliberações correspondente aos monitoramentos realizados até momento.

Agora com a divulgação dos resultados da conferência, espera-se que os resultados obtidos contribuam efetivamente para adequar Metas e Estratégias do PME, para que ao final do decênio, cumpra-se o desejo de contribuir para a melhoria da educação no município. O presente relatório, além de atender as orientações vigentes, a sua produção ficou de responsabilidade de técnicos da Secretaria Municipal de Educação, com o aval da Comissão Coordenadora da Primeira Conferência de Avaliação do PME.

Salientamos que a qualquer momento podem ser solicitados informações adicionais referentes a conferência junto à Comissão Coordenadora do Fórum. Acreditamos que esse relatório possibilita esclarecer os fatos ocorridos na conferência e para os devidos encaminhamentos. Esta é uma possibilidade ímpar para encontrar soluções, solucionar problemas e planejar futuras políticas educacionais municipais.

Destacamos que o acompanhamento e execução do Plano Municipal de Educação de Balneário Camboriú é uma responsabilidade de todos, porém o mesmo permanece sendo realizado pela Secretaria de Educação (SED), Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Educação (CONSEME) e pelo Fórum Municipal de Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS:

BRASIL. **PNE em Movimento**: Caderno de Orientações para o Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação. 2016. – Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020. - Brasília, DF: Inep, 2020. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. – Brasília, DF: Inep, 2018. 460 p.: il.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014- 2016**. – Brasília, DF: Inep, 2016. 590 p.: il. ISBN 978-85-7863-052-2

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Construindo políticas de valorização dos profissionais da educação básica**. Disponível em:
http://planodecarreira.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56:mapa&catid=15&Itemid=144. Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. **Avaliação Nacional da Alfabetização. ANA. Documento Básico**. Brasília, 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. **Resolução nº 2 de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em 14 jul. 2021. 62

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 abr. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. **IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Série Documental. Textos para Discussão.** Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/%C3%8Dndice+de+Desenvolvimento+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+%28Ideb%29/26bf6631-44bf-46b0-9518-4dc3c310888b?version=1.6>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/cenario-educacional>>. Acesso em: 03 jan. 2020. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016.** Brasília, DF: Inep, 2016. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/2105>>. Acesso em: 03 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. PAR – Programa de Ações Articuladas. **Relatório Público.** Brasília, 2011. Disp.: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>. Acesso em: 02 jul. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 15/2017. BNCC – Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78631-pcp015-17-pdf/file. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Plano de Desenvolvimento da Educação. **Orientações para elaboração do Plano de Ações Articuladas - PAR 2011-2014. Guia Prático para Municípios.** Brasília: 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=157&Itemid=365. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. PNE Em Movimento. **Monitoramento e Avaliação dos Planos Subnacionais de Educação**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/37-monitoramento-e-avaliacao-dos-planos-subnacionais-de-educacao>. Acesso em: 13 mai. 2020 Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. PNE. **Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/RELAT%C3%93RIO+DO+PRIMEIRO+CICLO+DE+MONITORAMENTO+DAS+METAS+DO+PNE+-+BI%C3%8ANIO+2014-2016/0dc50e21-3a60-444b-b7f6-1f16b8e5591f?version=1.1>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BRASIL. **Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2017-2018**. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6934970. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. **Sinopse Estatística**. Brasília, 2020.

BRASIL. **Sinopse Estatística**. Brasília, 2021.

SANTA CATARINA. **Comissão Estadual para Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação, decênio 2015-2024**. Relatório de Avaliação do Plano Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina/Equipe de Elaboração: Darli de Amorim Zunino; Sérgio Otávio Bassetti; João Carlos da Gama; Édna Corrêa Batistotti; Maria das Dores Pereira; Rute da Silva. Florianópolis: CEMAPEESC, 2020. 70p.; 29 X 21 cm.

SANTA CATARINA. **Lei n. 16.794, de 14 de dezembro de 2015: Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências**. Diário Oficial do Estado. Florianópolis, SC, 15 dez. 2015. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Leis%2>

Ordinarias/2015_- LEI_ORDINARIA_N_16_794_DE_14_DE_DEZEMBRO_DE_2015.pdf>.
Acesso em: 09 jan. 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Lei n. 16.794, de 14 de dezembro de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências.** Disp.: www.sed.sc.gov.br. Acesso em: 19 mai. 2021.

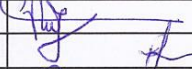
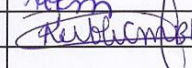
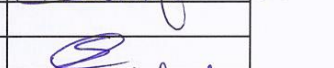
ANEXOS

ANEXO 1 – Listas de presença da Primeira Conferência de Avaliação do Plano Municipal de Educação de (PME) de Balneário Camboriú

GT 1 - LISTA DE PRESENÇA DELEGADOS

ORDEM	NOME	ASSINATURA
1	ANA CRISTINA DOS SANTOS MORAIS	<i>Ana Cristina dos Santos Morais</i>
2	ANDREA PEREIRA DA SILVA CAVALCANTI	<i>Andrea Pereira da Silva Cavalcanti</i>
3	CLAUDIA STEIN SILVA ROCHA	<i>Claudia Stein Silva Rocha</i>
4	DAGUIMAR ROMANA MACIEL LORENZETTI	<i>Daguimar Romana Maciel Lorenzetti</i>
5	DANIELA ADRIANE CESAR DA SILVA	<i>Daniela Adriane Cesar da Silva</i>
6	EDEMILSON DA SILVA MUNIZ	<i>Edemilson da Silva Muniz</i>
7	ELISANGELA VIEIRA LINHARES	<i>Elisangela Vieira Linhares</i>
8	GABRIELA MARA ZANDOMENICH	<i>Gabriela Mara Zandomenich</i>
9	GRACIANE CARNEIRO DE OLIVEIRA	<i>Graciane Carneiro de Oliveira</i>
10	MARIA APARECIDA CRODA BORGES	<i>Maria Aparecida Croda Borges</i>
11	MARLENE MAZUREK DOS SANTOS	<i>Marlene Mazurek dos Santos</i>
12	MONICA NUNES	<i>Monica Nunes</i>
13	PATRÍCIA DOS SANTOS	<i>Patricia dos Santos</i>
14	REGINA CÉLIA VIEIRA GALDINO	<i>Regina C. V. Galdino</i>
15	RENATA STELLA NEVES CUNHA	<i>Renata S. Neves Cunha</i>
16	RODRIGO FERREIRA MARTINS	<i>Rodrigo Ferreira Martins</i>
17	ROSIMAR FONTANA	<i>Rosimar Fontana</i>
18	SÔNIA REGINA SCHWATZ GARCIA	<i>Sônia Regina Schwatz Garcia</i>
19	TANIA MARA FERNANDES MARQUES	<i>Tania Mara Fernandes Marques</i>
20	TATIANA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA SANTANA	<i>Tatiana Figueiredo de Oliveira Santana</i>
21	TAYANNE FLEBBE	<i>Tayanne Flebbe</i>
22	VANESSA CARDOSO	<i>Vanessa Cardoso</i>

GT 2 - LISTA DE PRESENÇA DELGADOS

ORDEM	NOME	ASSINATURA
1	CASSIA ANDREA ROSA	
2	CRISTIANE GARRIDO	
3	EMELISA GOMES FERREIRA GAVASSO	
4	HEOISA HELENA DE SOUZA SANHUDO	
6	ISABELLA MARIA NUNES FERREIRINHA	
7	KARLA ROSANI COELHO	
8	KATIA CARDOSO CAMPOS SIMONETTO	
9	MÁRCIA REGINA ALGERI	
10	MARCOS BARTEL	
11	MARINA PEREIRA DA SILVA	
12	MONICA NUNES	
13	NATALINA BEATRIZ CAMPOS BAIROS	
14	ROBERT WAGNER SICHMANN	
15	RODRIGO FERREIRA MARTINS	
16	ROSEMERI TERESINHA CENSI MARTINS	
17	RUTH CORDEIRO DE MELO B. BATSCHAUER	
18	SALETE MARIA COLLE	
19	SANDRA BARROS DA SILVA	
20	SUSANE ULRICH	
21	VANJA LETÍCIA DOS SANTOS	

GT 3 - LISTA DE PRESENÇA DELEGADOS

ORDEM	NOME	ASSINATURA
1	ANA CLÁUDIA PERALTA GONÇALVES	Ana Cláudia Gonçalves
2	ANETE ELY BARBIERI DUWE	Anete Ely Barbieri Duwe
3	CARLA ROSANE MUNARI DA SILVEIRA	Carla Rosane Munari da Silveira
4	DIOGO FERNANDO DA SILVA	Diogo Fernando da Silva
5	JESSICA LYSIANE BECKER	Jessica Lysiane Becker
6	JESSICA PEREIRA CARDOZO	Jessica Pereira Cardozo
7	JULIANA ANDREATTA FABER	Juliana A. Faber
8	KATIA BRUM	Katia Brum
9	KELLY TRENTIN	Kelly Trentin
10	MARISTELA OLIVEIRA SUTIL	Maristela Oliveira Sutil
11	PATRICIA DAIANE EVANGELISTA BATISTELLA	Patricia Daiane Evangelista Batistella
12	REGINA APARECIDA DA COSTA BARRETO	Regina Aparecida da Costa Barreto
13	SILVANA BOHRER MARCONDES	Silvana Bohrer Marcondes
14	SÔNIA R. S. GARCIA	Sônia R. S. Garcia
15	MARIZA DE FATIMA SPÍN DOLA PEREIRA	Mariza de Fatima Spín Dola Pereira
16	Simone Hermes dos Santos Almeida	Simone Almeida

GT 4 - LISTA DE PRESENÇA DELEGADOS

ORDEM	NOME	ASSINATURA
1	ANELISE ESCARAVACO	
2	CARLA ANDRADE NOVAES	<i>Carla Andrade</i>
3	CRISTIANE OELKE GRAEBIN	
4	FRANCIELLY DE LIZ DA S VICENTI	<i>Francielly</i>
5	GISELLE MORELATTO THIBES	<i>Giselle Thibes</i>
6	ISABELLA MARIA NUNES FERREIRINHA	
7	IVANA CRISTINA LIMA CORDEIRO CORDEIRO	
8	MAGALI KEHRWALD DA SILVA	<i>Magali K.</i>
9	NILO PASSOS DA SILVA	
10	SIMONE HERMES DOS SANTOS ALMEIDA	
11	THAIS PEREIRA DE PAULA LIMA	<i>Thais Lima</i>
12	<i>Alfonso Steil Almeida</i>	
13	<i>Eliane Furtado</i>	<i>Eliane</i>
14	<i>Luana Keviski de Souza</i>	<i>Luana</i>

15. *Dandra Barros da Silva*

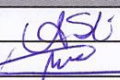
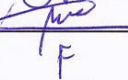

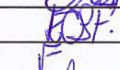

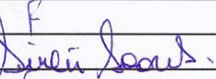
10

GT 5 - LISTA DE PRESENÇA DELEGADOS

ORDEM	NOME	ASSINATURA
1	ALLAN MULLER SCHROEDER	<i>[Signature]</i>
2	ANA CAROLINA MANHÃES DE OLIVEIRA CAVALCANTE	<i>[Signature]</i>
3	ÂNGELA ROUSSELET CRIZEL	<i>[Signature]</i>
4	JOSIANE TEODORO DA SILVA GOMES	<i>[Signature]</i>
5	JUCELIA BARCELOS MARTINS	<i>[Signature]</i>
6	LUCIANE TEREZINHA PINHEIRO CARLINI	<i>[Signature]</i>
7	MARA REGINA ZLUHAN	<i>[Signature]</i>
8	MARIA ESTER MENEGASSO	<i>[Signature]</i>
9	NAIARA GRACIA TIBOLA	<i>[Signature]</i>
10	NILZETE TEIXEIRA	<i>[Signature]</i>
11	OSEIAS ALVES PESSOA	<i>[Signature]</i>
12	RICARDO DE PAULI	<i>[Signature]</i>
13	RITA DE KACIA FAVRETTO THIBES	<i>[Signature]</i>
14	RODRIGO RAMOS NOGUEIRA	<i>[Signature]</i>
15	THIAGO RAFAEL MACHADO	<i>[Signature]</i>
16	VANESSA CRUZ DA SILVA	<i>[Signature]</i>
17	VANESSA LIMA BERTOLAZI SIMON	<i>[Signature]</i>

LB - PAULO EDSON C. de OLIVEIRA *[Signature]* *IC.*


GT 6 - LISTA DE PRESENÇA DELEGADOS

ORDEM	NOME	ASSINATURA
1	ARIANE DE SOUZA LINHARES	
2	CARLOS ALBERTO DUARTE DA NÓBREGA	
3	CLEVEONEI CLEBER FERNANDES LIZ DA SILVA	F
4	CRISTIAN MOURA	
5	ELIANE CRISTINA DOS SANTOS FERREIRA	
6	IVANA CRISTINA LIMA CORDEIRO CORDEIRO	F
7	JUCELIA BARCELOS MARTINS	
8	RINEDA VELLEDA OLIVEIRA	F
9	SANDRA BARROS DA SILVA	F
10	SIRLEI SOARES	
11	MARI	F
12	MARCIA MARIS MORETTI	F
13	ANAI	F
14	GIOVANA	F

15 - RUDNEI JOAQUIM MARTINS

16 - Regiane Christine de Barros Palma

17 - Eliza A.P. Pereira



GT 7 - LISTA DE PRESENÇA DELEGADOS





ORDEM	NOME	ASSINATURA
1	ANA PAULA BOEIRA DA SILVA	<i>[Signature]</i>
2	ANDREA ARIANNA	<i>[Signature]</i>
3	ARIANI PIZZI	<i>[Signature]</i>
4	CAMILA LOPES FERREIRA PROVENZANO	<i>[Signature]</i>
5	CARMEM SUZANA MAIDANA	-
6	DAYANE REGINA MASSELA	<i>[Signature]</i>
7	FLÁVIA GADONSKI AVILA	<i>[Signature]</i>
8	JUAREZ REZENDE ARAUJO	<i>[Signature]</i>
9	MARCIA CRISTINA LAZARO	<i>[Signature]</i>
10	MONICA DENISE GODARTH	<i>[Signature]</i>
11	SUELEN MATEUS ALBINI DA SILVA	<i>[Signature]</i>
12	VANESSA DELGADO FENERICH	-
13	WALQUIRIA RAIMONDI	<i>[Signature]</i>
14	LUIZ FELIPE GOLDFEDER REINECKE	<i>[Signature]</i>
15	IZADORA FERNANDES RIBAS	<i>[Signature]</i>
16	FABIO CUNDA	<i>[Signature]</i>
17	ALICE DOS SANTOS <i>ANA ALICE DOS SANTOS</i>	<i>[Signature]</i>
18	NATALIA AMARO	<i>[Signature]</i>
19	<i>Elisabete de Almeida Souza</i>	<i>[Signature]</i>

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



1ª CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS MONITORAMENTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2021
LISTA DE PRESENCIA - CONVIDADOS

DATA: 15/12/2021

NOME	CPF	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Rodrigo A. de M. Araújo Arreier Ver. Kely F. F. F. F.	059.747.839-50	(47) 98451-0666	rodrigo.2021@educacao.camboi.br	
Patricia H. Machado	029.820.014-85	41.999.3	phmachado1980@gmail.com	
ARTHUR J. G. DE JESUS	039.455.435-29	(47) 99977-0053	ARTHURJESUS@HOTMAIL.COM	
Guilherme Boudier	062.367.444	47 98423 3861	boudierguilherme@gmail.com	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1ª CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS MONITORAMENTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2021
LISTA DE PRESENÇA - OUVINTEES

DATA: 15/12/2021

NOME	CPF	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Jane Gustave Rossi de Moraes	9355016947	4799221466	jane.rossi.moraes@gmail.com	




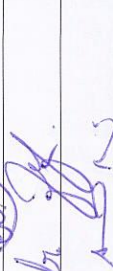


Balneário Camboriú – Capital Catarinense do Turismo - CNPJ 83.102.285/0001-07
Quinta Avenida, esquina com a Rua Camboriú - CEP 88337-400 – (47) 3363.7144



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1ª CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS MONITORAMENTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2021
LISTA DE PRESENÇA - OBSERVADORES

DATA: 15/12/2021

NOME	CPF	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Elvane Luvizade	620.633.389-72	99928-7277	furtadocampro@gmail.com	
Elizia Loreira	62363441969	991324958	80storaadlegio@gmail.com	
Juliana Pavani Von Döhl	03516841943	988063239	jupavani@hotmail.com	
Alison de Almeida	07083889995	99968962	alison.almeida@hotmail.com	
Marilene R. D. Cardoso	0232194465			
Almira da Silva	6188102396	99143	educacaocamboriu.org.br	
Ad. Alice da Fontes	09673344241	988481774	ama.vantor@educ.camboriu.org.br	

ANEXO 2 – Planilhas de votação do Drive por GT apresentadas na Primeira Conferência de Avaliação do Plano Municipal de Educação de (PME) de Balneário Camboriú

ANEXO 2.1 – GT 1- Planilha de Votação

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div></div></div><div><div>PREFEITURA</div><div>BALNEÁRIO CAMBORIÚ</div></div></div></div></div>		GT 1 - Referente a Meta 1 (EDUCAÇÃO INFANTIL) e Meta 6 (EDUCAÇÃO INTEGRAL).				
Coordenador(a) do GT		SÔNIA REGINA SCHWATZ GARCIA/ TANIA MARA FERNANDES MARQUES				
Expositor(a) do GT		DAGUIMAR ROMANA MACIEL LORENZETTI/ PATRICIA DOS SANTOS				
Secretário(a) do GT		DANIELA ADRIANE CESAR DA SILVA				
Redator (a) do GT		MARLENE MAZUREK DOS SANTOS				
Membro de apoio		PATRICIA DOS SANTOS				
EDUCAÇÃO INFANTIL		AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs		
		NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 1	TOTAL DE DELEGADOS FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO
		SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO				
		Sugere-se revisar os percentuais da meta municipal à meta nacional, tal alteração embasa-se na educação formal das crianças até os 3 anos, tanto em espaços públicos quanto privados não é obrigatório, esta é uma opção das famílias segundo a Constituição Federal. Este fato impede ou dificulta o alcance de 100% como prevê a lei do PNE. A Meta 1 "não" se encontra alinhada na sua totalidade com a Meta de referência tanto do PNE quanto do PEE.		17	17	100%
		META DE REFERÊNCIA DO PNE - Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência desta PNE.				X
		META DE REFERÊNCIA DO PEE - Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência desta PEE/SE.				

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades e necessidades locais a partir da demanda reprimida registrada no Programa Fila Única para vagas em instituições públicas.	Não existe nota técnica. O município fez a aquisição em 2019 de 436 vagas em escolas particulares para reduzir a demanda manifesta, bem como ampliações e reformas em unidades existentes totalizando em 2020 um acréscimo de 860 novas vagas disponibilizadas. Porém, no período monitorado, não houve nenhuma colaboração entre a União, o Estado com o município para expansão da educação infantil.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X	
1.2) Realizar, periodicamente, atualização do Programa Fila Única, a fim de manter o levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X	
1.3) Manter normas e procedimentos de consulta pública da demanda das famílias por creches, através do Programa Fila Única e de editais próprios publicados anualmente, aprimorando a forma de acesso ao sistema.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X	
1.4) Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, a fim de construir no mínimo 5 unidades de educação infantil, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respaldando as normas de acessibilidade, até o fim da vigência deste plano.	A estratégia prevê construção de escolas e aquisição de equipamentos, sem prever a aquisição de mobiliários. Como a redação da estratégia prevê o regime de colaboração, só podem ser registrados termos de compromisso assinados entre o município e outro ente federado (União ou Estado), para cumprimento da META. No período do PME até o momento o município não firmou nenhum termo de compromisso para construção, ampliação ou reforma de escola. Sugere-se alterar a redação e acrescentando mobiliários e adequar o texto da estratégia para torná-la executável. Ademais, em relação ao número de unidades que constam na estratégia não há menção de qualificação das mesmas, sendo a ampliação da capacidade atual somada a compra de vagas totalizou até 2020 a criação de 860 novas vagas de educação infantil na Rede de Ensino de Balneário Camboriú, deste modo solicitamos a alteração da redação da estratégia 1.4 para:	1.4) Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, a fim de construir unidades de educação infantil conforme demanda necessária, bem como de aquisição de equipamentos, mobiliários visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respaldando as normas de acessibilidade, até o fim da vigência deste plano.	17	17	100%	X	

1.5) Aplicar a avaliação da qualidade da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, e monitorar, anualmente, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes com garantia da divulgação dos resultados para a comunidade.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X		
1.6) Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a atualização dos currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.	A estratégia prevê o estímulo e a articulação entre os cursos de pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a atualização dos currículos e propostas pedagógicas, porém, o município tem a função de agente cooperador para implantar avanços nas pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos. Sendo assim, solicitamos a troca do verbo da estratégia.	1.6) Cooperar com os cursos de pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a atualização dos currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.	17	16	94%	X		
1.7) Garantir o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar às crianças com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transcurso do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas, braille para crianças cegas da educação especial nessa etapa da educação básica.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X		
1.8) Implementar programas de orientação e apoio às famílias, visando a atuação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X		
1.9) Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.	Entende-se que temos mais de uma estratégia, se faz necessário o desmembramento da estratégia em duas, ficando da seguinte forma:	1.9) Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade; e, 1.20) Articular a educação infantil com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.	17	17	100%	X		

1.10) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X	
1.11) Promover a busca ativa de crianças de 4 e 5 anos fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na unidade de educação infantil, em parceria com a Assistência Social, Conselho Tutelar, Programa APOIA e Ministério Público.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X	
1.12) Realizar e publicar, periodicamente, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X	
1.13) Implementar, em todos os NEIs, espaços artísticos e lúdicos de interatividade, considerando o contexto sociocultural e étnico das crianças, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil, parque infantil, área e quadra coberta.	Alterar a redação da Estratégia para contemplar todas as escolas do município, públicas e privadas, substituindo a abreviatura "NEIs" por Unidades Educacionais Infantis. Aconselha-se ainda substituir as palavras "meninos e meninas" por "crianças", dessa forma dando mais clareza à estratégia.	1.13) Implementar, em todas as Unidades de Educação Infantil, espaços artísticos e lúdicos de interatividade, considerando o contexto sociocultural e étnico das crianças, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil, parque infantil, área e quadra coberta.	17	17	100%	X	
1.14) Criar até 2017, Programa de Dinheiro Direto na Escola Municipal- PDDEM, oriundo dos 25% (Vinte e cinco por cento), com repasse semestral, dos recursos próprios, para manutenção da unidade e aquisição de materiais lúdicos e pedagógicos.	Excluir a estratégia, até o momento não há legislação para atender esta estratégia, bem como a Meta 20, nesse caso a estratégia 20.9, não sendo necessário estar nesta meta.	Excluir estratégia 1.14) 1.14) Criar até 2017, Programa de Dinheiro Direto na Escola Municipal- PDDEM, oriundo dos 25% (Vinte e cinco por cento), com repasse semestral, dos recursos próprios, para manutenção da unidade e aquisição de materiais lúdicos e pedagógicos.	17	17	100%	X	
1.15) Construir no mínimo 5 unidades de educação infantil, que atendam, no máximo 20 crianças por sala, sendo 1 delas na região central e outras 2 no bairro de origem.	Sugerir-se a supressão da estratégia 1.15 por ser redundante a estratégia 1.4 já prevista a construção de unidades de Educação Infantil.	1.15) Construir no mínimo 5 unidades de educação infantil, que atendam, no máximo 20 crianças por sala, sendo 1 delas na região central e outras 2 no bairro de origem, em 2017, e outras 2 unidades, em 2018, definidas também pela demanda, até o fim da vigência deste plano.	17	17	100%	X	
1.16) Criar mecanismos e instrumentos, de ordem jurídica, que possibilitem implementar parcerias entre o setor público e privado, para construção e restauração de unidades escolares de educação infantil.	Incluir a palavra manutenção no texto da estratégia para que esta previsão seja contemplada.	1.16) Criar mecanismos e instrumentos, de ordem jurídica, que possibilitem implementar parcerias entre o setor público e privado, para construção e restauração de unidades escolares de educação infantil.	17	17	100%	X	


1.17) Solicitar, junto ao Conselho Municipal da Educação, estudo sobre o impacto da alteração da data corte para entrada das crianças no Ensino Fundamental e revogação da Resolução nº 2/2014.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X		
1.18) Garantir, progressivamente, o atendimento em tempo integral da educação infantil, de preferência em espaços de convivência diferenciados.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X		
1.19) Ampliar a disponibilidade de transporte escolar para saídas de campo das crianças da educação infantil.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X		
EDUCAÇÃO INTEGRAL	AValiação ao Documento Referência - Notas Técnicas (NT)	SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO	TOTAL DE DELEGADOS NO GT 1	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DELEGADOS	MAS DE 50% VOTOU A FAVOR para o Relatório Final	ENTRADA EM VIGÊNCIA para o Relatório Final	MENOS DE 30% VOTOU A FAVOR para o Relatório Final
META 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 60% (sessenta por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.	ALINHAR A META 6 COM A META DE REFERÊNCIA DO PNE, dessa forma alterações nos valores percentuais de 60% para 50% e de 40% para 25%, ao formular este plano as verbas direcionadas à educação previam maior investimento sendo que não houve cortes. META DE REFERÊNCIA DO PNE- Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.	META 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.	17	17	100%	X		
6.1) Promover, com o apoio da União, do Estado e do Município, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive artísticas, culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola e/ou centros de contrarturno ou sob suas responsabilidades, passe a ser igual a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X		

6.2) Instituir, em regime de colaboração da União, Estado, Município e comunidade local, programa de contratação ou adequação do acervo de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades carentes ou com maior índice de vulnerabilidade social.	Não existe nota técnica.	17	17	100%	X	
6.3) Adedir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas cobertas, piscinas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar alimentos, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.	Manter a modificação do monitoramento de 2017, suprimindo a instalação de piscinas.	17	17	100%	X	
6.4) Garantir através de projetos específicos e aprovados pela Secretária de Educação, a aquisição e a construção de centros de atendimento com diferentes espaços educativos, artísticos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, teatros, cinemas, planetários e zoológico.	Alterar o verbo inicial, pois os projetos referidos já estão em fase de execução. Suprimir a referência de educação, pois seria inválida todos os projetos, inclusive os referentes as escolas particulares, serem apreciados e aprovados pela SEDUC com tempo hábil para sua aplicação.	17	17	100%	X	
6.5) Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em instituições especializadas.	Acrescentar no início do texto o termo "oferta de" tendo vista que o município já oferta o atendimento educacional especializado e ficando a escolha dos pais realizá-lo ou não. Suprimir a última parte do parágrafo pois já está contemplada na meta 4 (estratégia 4.8), ademais, sugere-se encaminhar a Estratégia 6.5 para a Meta 4.	17	17	100%	X	
6.6) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola e centros de contrarumo, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais, artísticas e ações de educação nutricional e de educação para a saúde, Meio Ambiente e segurança.	Alterar o texto da redação da estratégia para torná-la mais sucinta e clara.	17	17	100%	X	

6.2) Instituir, em regime de colaboração da União, Estado, Município e comunidade local, programa de construção ou adequação de espaços com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades carentes ou com maior índice de vulnerabilidade social.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	17	17	100%	X	
6.3) Adedir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas cobertas, laboratórios, inclusive de informática, espaços culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar alimentos, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.	Manter a modificação do monitoramento de 2017, suprimindo a instalação de piscinas.	6.3) Adedir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação de escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas cobertas, laboratórios, inclusive de informática, espaços culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar alimentos, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.	17	17	100%	X	
6.4) Garantir através de projetos específicos e aprovados pela Secretária de Educação, a articulação da escola e centros de diferentes espaços educativos, artísticos, culturais, esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, praia, museus, cinemas, planetários e zoológico.	Alterar o verbo inicial, pois os projetos referidos já acontecem na rede e suprimir a questão dos projetos específicos e aprovação da Secretaria de Educação, pois os projetos referidos, inclusive os referentes às escolas particulares, serem apreciados e aprovados pela SEDUC com tempo hábil para sua aplicação.	6.4) Fomentar a articulação da escola e dos diferentes centros de atendimento com diferentes espaços educativos, artísticos, culturais, esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, praia, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.	17	17	100%	X	
6.5) Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em instituições especializadas.	Acréscitar no início do texto o termo "oferta de" tendo vista que o município já oferta o atendimento educacional especializado e ficando a escolha dos pais realizá-lo ou não. Suprimir a última parte do parágrafo pois já está contemplada na meta 4 (estratégia 4.8), ademais, sugere-se encaminhar a Estratégia 6.5 para a Meta 4.	6.5) Garantir a oferta de educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtorno do global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade.	17	17	100%	X	
6.6) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola e centros de contrarturno, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais, artísticas e ações de educação nutricional e de educação para a saúde, Meio Ambiente e segurança.	Alterar o texto da redação da estratégia para torná-la mais suscita e clara.	6.6) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola e centros de contrarturno, direcionando a expansão da jornada com atividades recreativas, esportivas, culturais, artísticas, ações de educação nutricional, saúde, Meio Ambiente e segurança.	17	17	100%	X	

NOME DO DELEGADO(A)	CPF	SEGMENTO	ASSINATURA
SÔNIA REGINA SCHWATZ GARCIA		SED	
TÂNIA MARA FERNANDES MARQUES		SED	
DAGUMAR ROMANA MACIEL LORENZETTI		SED	
DANIELA ADRIANE CESAR DA SILVA		SED	
MARLENE MAZUREK DOS SANTOS		SED	
PATRÍCIA DOS SANTOS		SED	
Elisangela Vieira Linhares	83475460963	GESTORA	
Rodrigo Ferreira Martins	04543243919	GESTORA	
Renata Stella Neves Cunha	05241864997	GESTORA	
Tayanne Flebbe	007.533.240-08	GESTORA	
Gabriela Mara Zandomenich	05905016909	GESTORA	
Graciane carneiro de oliveira	64411923068	GESTORA	
Regina Célia Vieira Galdino	024.899.549-97	GESTORA	
CLAUDIA STEIN SILVA ROCHA	939.882.579-15	GESTORA	
Ana Cristina dos Santos Moraes	66527457987	GESTORA	
Andrea Pereira da Silva Cavalcanti	024.535.839-05	GESTORA	
Maria Aparecida Croda Borges	42393442987	GESTORA	
Rosimar Fontana	93947860072	GESTORA	
Monica Nunes	04773658924	GESTORA	
Vanessa Cardoso	018.152.689-13	GESTORA	
Edemilson da Silva Muniz	01033918946	TRAB. EM EDUC.	
TATIANA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA SANTANA	08514368702	GESTORA	
23			
24			
25			

ANEXO 2.2 – GT 2- Planilha de Votação

 GT 2 - Referente as Metas (ENSINO FUNDAMENTAL) e Meta 5 (ALFABETIZAÇÃO).												
Coordenador(a) do GT												
Expositor(a) do GT												
Secretário(a) do GT												
Redator (a) do GT												
Membro de apoio												
ENSINO FUNDAMENTAL	AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)			CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs								
	NOTA TÉCNICA (NT) 1ª JUSTIFICATIVA			SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO			TOTAL DE DELEGADOS NO GT 2	TOTAL DE DELEGADOS VOTAVEL DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	MAIS DE 50% Vai direto para Plenário Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenário Final	MAIS DE 50% MENOS DE 30% Vai para Plenário Final
	META 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.			Não existe nota técnica.			12	12	100%	X		
	2.1) Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento a serem alcançados pelo currículo da Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental.			Não existe nota técnica.			12	12	100%	X		
2.2) Intensificar ações de acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental visando a redução das taxas de reprovação, evasão e distorção idade ano, em toda a Rede de Ensino, a partir da aprovação do PME, com garantia e ampliação gratuita da Equipe Multiprofissional (Assistente Social, Psicólogo e Fonoaudiólogo) e a promoção de parcerias com a Secretaria de Saúde, Universidades e Conselhos Municipais.			Incluir no final do texto da Estratégia "promover a parceria entre a Secretaria da saúde, universidades e CIMDCA", essa proposta de ação visa também a criação de um espaço para atendimento aos alunos com transtornos de aprendizagem, com parcerias entre outras secretarias e consultorias.			2.2) Intensificar ações de acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental visando a redução das taxas de reprovação, evasão e distorção idade ano, em toda a Rede de Ensino, a partir da aprovação do PME, com garantia e ampliação gratuita da Equipe Multiprofissional (Assistente Social, Psicólogo e Fonoaudiólogo) e a promoção de parcerias com a Secretaria de Saúde, Universidades e Conselhos Municipais.			12	12	100%	X

2.3) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. Bem como com a Rede Intersectorial do município.	Identificado diferentes estratégias, sugere-se modificar e desmembrar a redação da estratégia para torná-la coerente e executável em 2.3 e 2.21.	2.3) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda; e, 2.21) Minimizar o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	12	12	100%	X	
2.4) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, Conselho Tutelar, programa APOIA e Ministério Público.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	13	100%	X	
2.5) Implantar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e a comunidade, considerando as especificidades da educação inclusiva.	Substituir a palavra "especial" por "inclusiva".	2.5) Implantar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e a comunidade, considerando as especificidades da educação inclusiva.	13	13	100%	X	
2.6) Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais (Fundação Cultural, CEAC – Centro de Educação de Atendimento no Contraturno – Projeto Oficinas de Ensino Complementar, Fundação de Esportes, Sistema S e Secretaria de Turismo) a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.	Incluir CEAC- Centro de Educação de Atendimento no Contraturno no texto da estratégia.	2.6) Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais (Fundação Cultural, CEAC – Centro de Educação de Atendimento no Contraturno – Projeto Oficinas de Ensino Complementar, Fundação de Esportes, Sistema S e Secretaria de Turismo) a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.	13	13	100%	X	
2.7) Promover ações de incentivo à participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos educandos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias. Ressaltando a obrigatoriedade da participação dos pais nesse processo, descrita em Lei Art. 246 do código penal e Art. 4º do ECA.	Substituir as palavras "os pais" e "filhos" por "responsáveis" e "educandos", respectivamente no texto da estratégia.	2.7) Promover ações de incentivo à participação dos responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos educandos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias. Ressaltando a obrigatoriedade da participação dos pais nesse processo, descrita em Lei Art. 246 do código penal e Art. 4º do ECA.	13	13	100%	X	
2.8) Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, em parceria com outros órgãos e Secretarias, inclusive, certames e concursos de âmbito nacional, estadual e municipal.	Adequar a redação da estratégia com correção textual e exclusão das palavras "certames e concursos" pois "atividades extracurriculares" engloba todo tipo de atividade que os estudantes realizam além da sala de aula.	2.8) Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo parcerias com outras Secretarias, entidades e órgãos, atividades de âmbito nacional, estadual e municipal.	13	13	100%	X	

2.9) Promover e incentivar a participação dos alunos em atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas, interligando-as a um plano de disseminação do esporte educacional e de desenvolvimento esportivo municipal, estadual e nacional.		13	13	100%	X	
2.10) Efetivar ações com órgãos não governamentais e governamentais, áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.	Excluir esta estratégia: 2.10) Efetivar ações com órgãos não governamentais e governamentais, áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.	13	13	100%	X	
2.11) Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar de qualidade, acessível com segurança, monitores e ações práticas para saídas de campo.	Não existe nota técnica.	13	13	100%	X	
2.12) Estimular a inclusão e permanência dos estudantes na educação pública com material pedagógico, laboratórios didáticos, bibliotecas informatizadas com acervo atualizado.	Sugere-se suprimir a palavra "inclusão" no texto da Meta pois todos os alunos por Lei devem ser incluídos.	13	13	100%	X	
2.13) Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região. Monitorando a elaboração do cardápio conforme recomendado por nutricionistas.	Não existe nota técnica.	13	13	100%	X	
2.14) Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e em constante formação continuada como condição para a melhoria do processo de aprendizagem.	Não existe nota técnica.	13	13	100%	X	
2.15) Efetivar a correção das distorções idade/ano com qualidade, promovendo ao educando estratégias de inserção, classes de aceleração e acompanhamento nos anos posteriores na unidade escolar, de acordo com a necessidade.	Sugere-se acrescentar o texto "de acordo com a necessidade escolar" no final da frase.	13	13	100%	X	
2.16) Garantir a implementação da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina no Sistema Estadual de Ensino e da Proposta Curricular de Balneário Camboriú nas escolas da Rede Municipal de maneira a assegurar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.	Solicitamos incluir no texto da redação da Estratégia 2.16 a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC).	13	13	100%	X	

2.17) Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos, e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento do potencial cognitivo, emocional e social dos alunos.	Sugerir-se a exclusão da estratégia 2.17 pois considerar que a Meta 4, bem como a legislação vigente já garante a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos, e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento do potencial cognitivo, emocional e social dos alunos.	Excluir essa estratégia: 2.17) Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos, e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento do potencial cognitivo, emocional e social dos alunos.	13	100%	X		
2.18) Assegurar aos profissionais da educação o conhecimento prévio e estudo sistemático do Projeto Político Pedagógico.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	100%	X		
2.19) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, permanência do aproveitamento escolar dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, com vistas à prevenção das situações de discriminação, preconceito e violência na escola.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	100%	X		
2.20) Assegurar transporte escolar gratuito para atendimento das necessidades educacionais da comunidade Quilombola Morro do Boi.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	100%	X		

ALFABETIZAÇÃO	AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs				
	NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"	SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO NO GT 2	% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	MAIS DE 50% Vai direto para o Plenário Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenário Final	MEIOS DE 30% Regulados Final
META 5 - Alfabetizar todas as crianças durante o ciclo de alfabetização que compreende o 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental.	Na versão final da BNCC, ficou definido que o 2º ano passará a ser o ano para que as crianças tenham o domínio do sistema de escrita. Nos monitoramentos 2019 e 2020, observou-se que a meta não está alinhada as novas determinações do ciclo de alfabetização conforme a BNCC, solicitamos alteração da redação da Meta 5.	META 5 - Alfabetizar todas as crianças durante o ciclo de alfabetização que compreende até o 2º ano do Ensino Fundamental.	13	100%	X		
5.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, por meio de formações e trocas de experiências, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental articulando-os com as estratégias desenvolvidas na Educação Infantil e com Apoio Pedagógico específico na área de alfabetização.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	100%	X		

5.2) Estimular a permanência dos professores alfabetizadores para o ciclo de alfabetização que compreende o 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental garantindo, a formação continuada e prevenção, até o 4º ano de vigência deste plano, a revisão da gratificação de função no Estatuto do magistério.	Alteração da redação da estratégia para estar em acordo com a BNCC, inclusive na questão da gratificação, pois já está previsto no plano de cargos e salários municipal a gratificação de 30%.	5.2) Estimular a permanência dos professores alfabetizadores para o ciclo de alfabetização que compreende até o 2º ano do Ensino Fundamental garantindo a formação continuada.	13	13	100%	X	
5.3) Garantir a aplicabilidade dos instrumentos de avaliação nacional e municipal, durante o ciclo de alfabetização bem como estimular as escolas a criarem e ampliarem os seus próprios instrumentos de avaliação e monitoramento de acordo com seus regimentos e Projetos Políticos Pedagógicos.	Alteração da redação de acordo com os regimentos e Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e a sua abrangência.	5.3) Garantir a aplicabilidade dos instrumentos de avaliação nacional e municipal, durante o ciclo de alfabetização, bem como estimular as escolas a criarem e ampliarem os seus próprios instrumentos de avaliação e monitoramento de acordo com seus regimentos e Projetos Políticos Pedagógicos.	13	13	100%	X	
5.4) Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos municípios e escolas, e serem aplicadas, devendo ser disponibilizadas preferencialmente, como recursos educacionais abertos.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	13	100%	X	
5.5) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	13	100%	X	
5.6) Promover e estimular anualmente a formação continuada de professores para a alfabetização de crianças, com foco nas novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação com programas de pós-graduação stricto sensu.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	13	100%	X	
5.7) Garantir políticas públicas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	13	100%	X	

5.9) Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	13	100%	X	
5.9) Acompanhar o cumprimento da lei Municipal de Incentivo à leitura (LEI Nº 3242, de 14 de fevereiro de 2011).	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	13	100%	X	
5.10) Promover, a capacitação de professores de musicalização que atuam, nos Anos Iniciais, nas escolas da Rede Municipal de Ensino assegurando ambientes e materiais adequados para o desenvolvimento do trabalho.	Substituindo a palavra "capacitação" por "formação".	5.10) Promover, a formação de professores da educação infantil, nos Anos Iniciais, nas escolas da Rede Municipal de Ensino assegurando ambientes e materiais adequados para o desenvolvimento do trabalho.	13	13	100%	X	
5.11) Garantir a inclusão de alunos das diversas nacionalidades, no ciclo de alfabetização, proporcionando adaptação escolar e aulas de Apoio Pedagógico que atendam suas necessidades.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	13	100%	X	
5.12) Adentrar aos Programas e Projetos do Ministério de Educação - MEC que favoreçam a aprendizagem em todas as etapas, oferecendo todo o suporte necessário para sua implementação e realização no município.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	13	13	100%	X	
NOME DO DELEGADO(A)		CPF	SEGMENTO		ASSINATURA		
ROBERT WAGNER SICHMANN		182672638-10	EDUCAÇÃO				
ISABELLA MARIA NUNES FERREIRINHA		000292777-28	EDUCAÇÃO				
SANDRA BARROS DA SILVA		051262719-38	SED				
KARLA ROSANI COELHO		664637779-00	SED				
Cassia Andrea Rosa		78449782953	Gestores (as)				
Cristiane		76702170068	Gestores (as)				
Emelisa Gomes Ferreira Gavasso		04725139904	Trabalhadores (as) em educação				
Heoisa Helena De Souza Sanhudo		38896400015	Trabalhadores (as) em educação				
Katia Cardoso Campos Simonetto		71814035753	Trabalhadores (as) em educação				
Márcia Regina Algeri		69917019049	Trabalhadores (as) em educação				
Marcos Bartel		57571341949	Trabalhadores (as) em educação				
Marina Pereira da Silva		16463548855	Gestores (as)				

Monica Nunes	04773658924	Gestores (as)	
NATALINA BEATRIZ CAMPOS BAIROS	62679902068	Gestores (as)	
ROSEMERI TERESINHA CENSI MARTINS	004.419.559-16	Trabalhadores (as) em educação	
RUTH CORDEIRO DE MELO B. BATSCHAUER	02861010843	Gestores (as)	
SALETE MARIA COLLE	517.543.040 87	Trabalhadores (as) em educação	
Susane Ulrich	02344126902	Gestores (as)	
Vanja Letícia dos Santos	00376819901	Trabalhadores (as) em educação	
RODRIGO FERREIRA MARTINS	045432439-19	Trabalhadores (as) em educação	
21			
22			
23			
24			
25			

ANEXO 2.3 – GT 3- Planilha de Votação

GT 3 - Referente a Meta 4 (EDUCAÇÃO ESPECIAL /INCLUSIVA)										
Coordenador(a) do GT		JESSICA PEREIRA CARDOZO								
Expositor(a) do GT		Ana Cláudia Peralta Gonçalves								
Secretário(a) do GT		Kátia Brum								
Redator (a) do GT		SÔNIA REGINA SCHWATZ GARCIA								
Membro de apoio		Ana Cláudia Peralta Gonçalves								
EDUCAÇÃO ESPECIAL /INCLUSIVA	AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs							
	NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"	SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO	TOTAL DE DELEGADOS NO GT 3	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	MAIS DE 50% Val direto para o plebiscito Final	ENTRE 10% e 50% Val para o plebiscito Final	MENOS DE 30% Val para o plebiscito Final		
	Não existe nota técnica.	Sugere-se substituição do termo TEA para TGD.	11	11	100%	X				
4.1) Garantir, junto aos órgãos competentes a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovendo a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	Não existe nota técnica.	Sugere-se adicionar, "vedada a exclusão e segregação..."	11	11	100%	X				

4.2) Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas (totais) estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado em período do currículo das matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.	Não existe nota técnica.			11	11	100%	X	
4.3) Promover, no prazo de vigência deste PME, a inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Sugere-se modificar a redação da estratégia para incluir além do atendimento das crianças de 0 a 3 anos e os alunos maiores de 17 anos.	4.3) Promover, no prazo de vigência deste PME, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB - que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei 13.146/15 - Lei Brasileira da Inclusão, que prevê um cadastro incluído para a universalização do atendimento escolar a demanda manifestada pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e adolescentes com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. >> Sugere-se substituição do termo TEA para TGD.		11	11	100%	X	
4.4) Promover busca ativa da demanda não manifesta através das entidades que atendam crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.	Acrescentar no texto da estratégia o "Cadastro Inclusão" previsto na Lei Brasileira da Inclusão.	4.4) Promover busca ativa por meio de protocolo do Cadastro Inclusão, da demanda não manifesta, através das entidades que atendam crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. >> Sugere-se substituição do termo TEA para TGD. Sugere-se modificar a redação da estratégia para incluir		11	11	100%	X	
4.5) Manter, junto ao governo federal e ampliar ao longo deste Plano, salas de aula e materiais didáticos em acordo com a demanda manifesta, em conformidade com as normas de acessibilidade, garantindo o repasse de recursos necessários para sua funcionalidade, provendo assim a aquisição dos materiais.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração		11	11	100%	X	

4.6) Garantir a formação continuada em educação especial, de no mínimo 40 horas/ano, da equipe de profissionais da educação e de apoio em educação especial.	Acrescentar a palavra "inclusiva" para melhor entendimento da estratégia.	4.6) Garantir a formação continuada em educação especial e inclusiva, de no mínimo 40 horas/ano, da equipe de profissionais da educação e de apoio em educação especial. >> Sugere-se suprimir a palavra especial e deixar apenas educação inclusiva.	11	11	100%	X	
4.7) Favorecer a discussão da temática de educação especial de forma transversal as demais formações continuadas oferecidas a este público.	Substituir o verbo "favorecer" por "promover" e as palavras "discussão" por "formação", "especial" por "inclusiva" no texto da estratégia.	4.7) Promover a formação da temática de educação inclusiva, de forma transversal, junto as demais formações continuadas oferecidas aos profissionais da educação.	11	11	100%	X	
4.8) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) alunos(as) com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede de ensino no município, conforme necessidade identificada por meio de avaliação feita por equipe especializada, envolvendo professores, a família e o aluno.	Substituir o termo "ouvindo" por "envolvendo", no texto da estratégia.	4.8) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) alunos(as) com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede de ensino no município, conforme necessidade identificada por meio de avaliação feita por equipe especializada, envolvendo professores, a família e o aluno. >>> Sugere-se substituição do termo TEA para TGD.	11	11	100%	X	
4.9) Estimular, de acordo com a necessidade local, a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, inclusive terapia ocupacional e fisioterapia, assistência social, pedagogia, psicologia, fonoaudiologia, psiquiatria, para apoiar o trabalho dos(as) professores da educação básica com os(as) alunos(as) com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.	Alteração da redação da estratégia incluindo os profissionais de neurologia e psiquiatria, por entender a necessidade destes profissionais na formação desta equipe multidisciplinar.	4.9) Estimular, de acordo com a necessidade local, a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, inclusive terapia ocupacional e fisioterapia, assistência social, pedagogia, psicologia, fonoaudiologia, psiquiatria, para apoiar o trabalho dos(as) professores da educação básica com os(as) alunos(as) com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. >> Sugere-se substituição do termo TEA para TGD.	11	11	100%	X	
4.10) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade instrumental, metodológica, atitudinal, comunicacional e arquitetônica nas instituições públicas e privadas, para garantir o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) com deficiência, transverso do espectro autista, por meio da disponibilização do material próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação pela equipe especializada dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação.	Sugere-se adicionar a responsabilidade em promover a acessibilidade também das instituições privadas.	4.10) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade instrumental, metodológica, atitudinal, comunicacional e arquitetônica nas instituições públicas e privadas, para garantir o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) com deficiência, transverso do espectro autista, por meio da disponibilização do material próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação pela equipe especializada dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação. >> Sugere-se substituição do termo TEA para TGD.	11	11	100%	X	

4.11) Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos(as) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 6.080, de 25 de junho de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdocegos e do sistema FM para pessoas com deficiência auditiva.	Não existe nota técnica.			11	10	91%	X	
4.12) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades/superdotação, visando ao combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.	Não existe nota técnica.	> Sugere-se substituição do termo TEA para TGD.		11	11	100%	X	
4.13) Fomentar e divulgar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.	Sugere-se especificar de que forma as pesquisas nesta área serão incentivadas e ou divulgadas. Ex.: por meio de parcerias com instituições de Ensino Superior e Organizações não governamentais (ONGs).	4.13) Fomentar e divulgar, por meio de parcerias com Instituições de Ensino Superior e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), pesquisas e projetos de desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos(as) estudantes com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. > Sugere-se substituição do termo TEA para TGD.		11	11	100%	X	
4.14) Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.	Não existe nota técnica.	> Sugere-se substituição do termo TEA para TGD.		11	11	100%	X	

4.19) Garantir a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.	Substituir o verbo de ação no início da estratégia, visto que o município não possui autoridade para garantir a inclusão das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.	11	11	100%	X	
4.20) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público visando ampliar a oferta de formação continuada e a orientação de recursos que favoreçam a aprendizagem, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados nas redes de ensino.	4.20) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a orientação de recursos que favoreçam a aprendizagem, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados nas redes de ensino. > Sugere-se substituição do termo TEA para TGD.	11	11	100%	X	
4.21) Incentivar que as escolas de educação básica promovam espaços para a participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.	Não existe nota técnica.	11	11	100%	X	
4.22) Garantir o atendimento educacional em fonoaudiologia e psicologia, dentro das unidades de ensino da educação básica, para fins de prevenção e acompanhamento.	4.22) Garantir o atendimento educacional em fonoaudiologia e psicologia, dentro das unidades de ensino da educação básica, para fins de prevenção e acompanhamento de forma sistematizada, realizando encaminhamentos de referência e contrarreferência, assessorando as famílias e a escola.	11	11	100%	X	
4.23) Garantir a participação do professor de atendimento educacional especializado nos processos de planejamento, avaliação, experiências, informações e orientações que atendam as especificidades de todos os alunos.	Não existe nota técnica.	11	11	100%	X	

4.24) Garantir o profissional auxiliar que atue no apoio às atividades de alimentação, higiene pessoal, higiene, higiene nas instituições privadas, sendo responsável pela própria instituição a oferta desse profissional, comprovado através de avaliação por equipe especializada, conforme a necessidade do aluno.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	11	11	100%	X	
4.25) Realizar estudo de caso entre professores de sala de aula e professores de atendimento educacional especializado no início do ano letivo e nas paradas pedagógicas.	Sugere-se a alteração da redação da estratégia com acréscimo de expressões que assegurem o desenvolvimento pedagógico integral do aluno. >> Fêta alteração no texto.	4.25) Realizar e registrar o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), entre professores de sala de aula e professores de atendimento educacional especializado e equipe gestora, no início do ano letivo e nas atividades pedagógicas, visando o reconhecimento das necessidades de aprendizagem, potencializando-as.	11	11	100%	X	
4.26) Garantir, quando necessário, serviços e materiais pedagógicos, a fim de promover a alfabetização e aprendizagem dos alunos com deficiência, transverso do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.	Não existe nota técnica.	> Sugere-se substituição do termo TEA para TGD.	11	11	100%	X	
NOME DO DELEGADO(A)		CPF	SEGMENTO		ASSINATURA		
JESSICA PEREIRA CARDOZO		354.861.818-92	AMOR PRA DOWN				
Ana Cláudia Peralta Gonçalves		949.893.970-53	Sec. de Educação				
KATIA Brum		624.430.890-53	APAE				
Anete Ely Barbieri Duwe		546.749.059-15	Trabalhadores (as) em educação				
Carla Rosane Munari da Silveira		588.242.279-53	Gestores (as)				
Diogo Fernando da Silva		020.733.712-80	Trabalhadores (as) em educação				
Jessica Lysiane Becker		048.625.409-70	Trabalhadores (as) em educação				
JULIANA ANDREATA FABER		035.097.909-01	Trabalhadores (as) em educação				
Maristela Oliveira Sutil		060.274.479-23	Trabalhadores (as) em educação				
Patrícia Daiane Evangelista Batistella		014.286.691-16	Gestores (as)				
REGINA APARECIDA DA COSTA BARRETO		772.910.429-68	Gestores (as)				
Silvana Bohrer Marcondes		857.708.179-68	Trabalhadores (as) em educação				
Kelly Trentin		020.434.929-00	Sec. de Educação				
Sônia R. S. Garcia		020.745.499-03	Sec. de Educação				
Simone Hermes dos Santos			Educação				
Mariza Spindola Pereira			Sec. de Educação				
17							
18							

ANEXO 2.4 – GT 4 - Planilha de Votação

GT 4 - Referente a Meta 7 (QUALIDADE)									
MAGALI KEHRWALD DA SILVA									
THAIS PEREIRA DE PAULA LIMA									
CRISTIANE OELKE GRAEBIN									
THAIS PEREIRA DE PAULA LIMA									
GISELLE MORELATO THIBES									
QUALIDADE DA EDUCAÇÃO				AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs			
NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"				TOTAL DE DELEGADOS NO GT 4		TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO		% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	
META 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:				10		10		100%	
7.1) Estabelecer e implantar, conforme orientações do Governo Federal, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio.				9		9		100%	
7.2) Assegurar que no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível superior de aprendizagem e desenvolvimento e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável.				9		9		100%	
META 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:				10		10		100%	
7.1) Estabelecer e implantar, conforme orientações do Governo Federal, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio.				9		9		100%	
7.2) Assegurar que no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível superior de aprendizagem e desenvolvimento e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável.				9		9		100%	

7.3) Assegurar que no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.	Não existe nota técnica.				9	9	100%	X		
7.4) Instituir, em colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.	Não existe nota técnica.				9	9	100%	X		
7.5) Instituir o processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de comissões de avaliação institucional, com as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.	Não existe nota técnica.				9	9	100%	X		
7.6) Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.	Não existe nota técnica.				9	9	100%	X		
7.7) Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.	Tornar a estratégia executável e em consonância com a estratégia de referência do Plano Estadual de Educação (PEE) que possui o seguinte texto: "7.6 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial" (SANTA CATARINA, 2015, p. 19).	7.7) Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.			9	9	100%	X		

7.8) Fomentar ações para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações de aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.9) Promover o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas. Assegurados neste item formação técnica para os profissionais da educação.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.10) A partir da demanda local garantir monitores, transporte gratuito com acessibilidade na faixa etária da educação obrigatória, visando segurança dos alunos e sua permanência na escola.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.11) Universalizar, em colaboração com a União, Estado e Municípios, até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	Alterar a palavra "triplicar" por "ampliar" no texto da estratégia.	7.11) Universalizar, em colaboração com a União, Estado e Municípios, até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e ampliar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	9	9	100%	X	
7.12) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos necessários para a implementação das condições necessárias para a utilização das bibliotecas, nas instituições educacionais, bem como as redes digitais de computadores. Inclui a internet, assegurando manutenção periódica dos equipamentos.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	

7.13) Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e prevenção à saúde.	Adequada o texto da Estratégia a realidade local, substituindo a palavra "assistência" por "prevenção".	7.13) Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e prevenção à saúde.	9	9	100%	X	
7.14) Assegurar às escolas públicas de educação básica o acesso a equipamentos de segurança e evacuação predial, energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo sustentável de resíduos sólidos, com treinamento qualificado para todos os profissionais da educação.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	#VALUE!	X	
7.15) Garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e informática, em cada edifício escolar, com garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência.	Não existe nota técnica.	Garantir o acesso dos estudantes a espaços, equipamentos e materiais para a prática esportiva, prática e educação cultural, prática e educação artística, laboratório de ciências e informática, em cada edifício escolar, com garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência.	9	9	100%	X	
7.16) Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.17) Garantir em regime de colaboração com a Secretaria de Segurança, Conselho Tutelar, COMAD e CIMDCA políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.18) Colaborar, com os mecanismos de proteção à infância e juventude, na implementação de políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Correção ortográfica.	7.18) Colaborar, com os mecanismos de proteção à infância e juventude, na implementação de políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	9	9	100%	X	


7.19) Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil. Oferecendo formação continuada e oportunidades de trocas de experiências entre os professores.	Correção ortográfica.		7.19) Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil. Oferecendo formação continuada e oportunidades de trocas de experiências entre os professores.	9	9	100%	X		
7.20) Prestar toda a assistência necessária ao Serviço Social do Município, visando mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	Estratégia concluída		Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
7.21) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, visando a melhoria da qualidade educacional.	Estratégia concluída		Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
7.22) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Viabilizando o atendimento no menor prazo possível.	Estratégia concluída		Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
7.23) Estabelecer parcerias nas ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, visando a configuração para a melhoria da qualidade educacional.	Estratégia concluída		Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
7.24) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.	Estratégia concluída		Não sugerido alteração	9	9	100%	X		

7.25) Orientar e acompanhar as escolas traçando ações efetivas na busca por melhores índices no IDEB.	Estratégia concluída	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.26) Institucionalizar programas e desenvolver projetos e metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progresso, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado. Oferecendo suporte por meio da Secretaria Municipal e Estadual de Ensino.	Estratégia concluída	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.27) Assegurar reforma, renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária a boa aprendizagem dos estudantes. Incluir biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.	Acreditar a palavra "acessibilidade" no texto da estratégia.	7.27) Assegurar reforma, renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária a boa aprendizagem dos estudantes. Incluir biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.	9	9	100%	X	
7.28) Reconhecer e apoiar as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.	Estratégia concluída	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.29) Reestruturar e aprimorar o ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.	Adequar a estratégia a competência municipal.	7.29) Cooperar com a reestruturação e o aprimoramento do ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.	9	9	100%	X	
7.30) Primar pela garantia da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.	Estratégia concluída	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.31) Colaborar com pesquisas que visem a elaboração de currículos e propostas pedagógicas de incorporação dos avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.	Estratégia concluída	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	

7.25) Orientar e acompanhar as escolas traçando ações efetivas na busca por melhores índices no IDEB.	Estratégia concluída	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.26) Institucionalizar programas e desenvolver projetos e metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progresso, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado. Oferecendo suporte por meio da Secretaria Municipal e Estadual de Ensino.	Estratégia concluída	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.27) Assegurar reforma, renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária a boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.	Acréscimo a palavra "acessibilidade" no texto da estratégia.	7.27) Assegurar reforma, renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária a boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.	9	9	100%	X	
7.28) Reconhecer e apoiar as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.	Estratégia concluída	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.29) Reestruturar e aprimorar o ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.	Adequar a estratégia a competência municipal.	7.29) Cooperar com a reestruturação e o aprimoramento do ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.	9	9	100%	X	
7.30) Primar pela garantia da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.	Estratégia concluída	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
7.31) Colaborar com pesquisas que visem a elaboração de currículos e propostas pedagógicas de incorporação dos avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.	Estratégia concluída	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	

7.32) Implantar salas ambientes, nas unidades da rede municipal de ensino, sempre que os espaços escolares permitirem, dotando-as de equipamentos necessários para melhor assessorar os professores.	Estratégia concluída	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
NOME DO DELEGADO(A)		CPF	SEGMENTO		ASSINATURA		
ANELISE ESCARAVACO		91842271920					
CARLA ANDRADE NOVAES		579.951.099-20					
CRISTIANE OELKE GRAEBIN		022.289.289-76					
FRANCIELLY DE LIZ DA S VICENTI		00661060950					
GISELLE MORELATTO THIBES							
ISABELLA MARIA NUNES FERREIRINHA		00029277728					
IVANA CRISTINA LIMA CORDEIRO CORDEIRO		61155934768					
MAGALI KEHRWALD DA SILVA							
NILO PASSOS DA SILVA		94261768020					
SIMONE HERMES DOS SANTOS ALMEIDA		69832080053					
THAIS PEREIRA DE PAULA LIMA							
ALEXANDRE STEIL ABEID							
ELIANE FURTADO							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							

ANEXO 2.5 – GT 5 - Planilha de Votação

<div>PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ</div> <div>GT 5 - Referente a Meta 12 (EDUCAÇÃO SUPERIOR), Meta 13 (TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR), Meta 14 (PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU), Meta 15 (HABILITAÇÃO DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA) e Meta 16 (FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA)</div>												
Coordenador(a) do GT		NILZETE TEIXEIRA										
Expositor(a) do GT		NILZETE TEIXEIRA										
Secretário(a) do GT		RITA DE KACIA FAVRETTO THIBES										
Redator (a) do GT		OSEIAS ALVES PESSOA										
Membro de apoio		MARIA REGINA ZILUHAN										
EDUCAÇÃO SUPERIOR	AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs									
	NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"		SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO									
	Meta 12 - Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 35% (trinta e cinco por cento) da população de 18 dezoito a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão de matrículas nas instituições de ensino superior presentes no município.		Não sugerido alteração				14		14		100%	
	12.1) Articular junto à União e ao Estado a solicitação de Demanda de oferta de no mínimo 50 % das vagas de IES públicas em cursos noturnos.		Não sugerido alteração				14		14		100%	
	12.2) Articular junto à União a solicitação de Demanda de oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica e ensino médio.		Não sugerido alteração				14		14		100%	
	12.3) Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação pública municipal. Expandindo na Rede Municipal a oferta de bolsa escolar.		12.3) Ampliar e Incentivar a oferta de auxílio para a graduação e pós-graduação aos professores e demais profissionais que atuam na educação pública municipal.				14		14		100%	

12.4) Articular e fomentar junto às IES do município a realização de estudos, pesquisas de inovação e mercado de trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município, visando pautar e criar base de dados e conhecimento científico para o município.	Sugere-se adequar o texto da Estratégia para a estar de acordo com a competência municipal.	12.4) Articular e fomentar junto às IES do município a realização de estudos, pesquisas de inovação e mercado de trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município, visando pautar e criar base de dados e conhecimento científico para o município.	14	14	100%	X	
12.5) Participar com recursos financeiros na criação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes das IES públicas e privadas do município em cursos de graduação em âmbito nacional e internacional.	Adequar o texto da estratégia para a realidade e competência do município.	12.5) Participar e incentivar a alocação de recursos financeiros na criação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes das IES públicas e privadas do município em cursos de graduação em âmbito nacional e internacional.	14	14	100%	X	
12.6) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior nas áreas de ciências biológicas e engenharias, considerando as necessidades do desenvolvimento do município, visando a inovação e a melhoria da qualidade da educação básica ofertada.	Sugere-se alteração da redação da estratégia para estar de acordo com o contexto e adequada à necessidade municipal.	12.6) Cooperar no mapeamento da demanda e no fomento da oferta de formação de pessoal de nível superior nas áreas de ciências biológicas e engenharias, considerando as necessidades do desenvolvimento do município, visando a inovação e a melhoria da qualidade da educação básica ofertada.	14	14	100%	X	
12.7) Articular com a prefeitura Municipal de Balneário Camboriú a destinação, anual, de no mínimo 2% (dois por cento) da Receita orçada de impostos do Município, bolsas de estudos para alunos carentes do ensino superior, residentes e domiciliados no município de Balneário Camboriú.	Supressão da estratégia 12.7, esta despesa não está prevista na Dotação Orçamentária do Município segundo a atual legislação.	Supressão da estratégia. 12.7) Articular com a prefeitura Municipal de Balneário Camboriú a destinação, anual, de no mínimo 2% (dois por cento) da Receita orçada de impostos do Município, bolsas de estudos para alunos carentes do ensino superior, residentes e domiciliados no município de Balneário Camboriú. OBS: segundo a Constituição Federal cabe ao município ofertar gratuitamente o Ensino nas modalidades Infantil, Fundamental e EJA à população local.	14	13	93%	X	
12.8) Ampliar programa de bolsas de estudos para funcionários do município que atuam na área de educação para até 3 (três) possibilidades de utilização do benefício com valor equivalente a, no mínimo, 50% do valor da mensalidade a título de bolsa de estudo.	Adequar o texto da estratégia a Lei Complementar nº 12, de 23 de dezembro de 2015, Art. 41, inciso IX.	12.8) Incentivar programas de auxílio para graduação e pós-graduação para professores e profissionais que atuam na área da educação do município com 50% do valor da mensalidade em conformidade com as leis municipais vigentes.	14	14	100%	X	

CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs

NOTAS TÉCNICAS (NT)

AValiação ao documento referência

TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"	SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO	TOTAL DE DELEGADOS NO GT 5	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA RESOLUÇÃO DE DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	MAIS DE 50% VAI DIRETO PARA O REJEITADO Final	ENTRE 30% E 50% VAI PARA PRIMEIRA TURMA Final	MENOS DE 30% REJEITADO Final
TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Alterar a redação da meta para estar em consonância com a meta correspondente tanto no PNE quanto no PEE. Meta 13 (PNE): Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. Meta 13 (PEE): Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior a ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência deste Plano.	Meta 13 – Articular junto à União a elevação e a qualidade da educação superior, ampliando a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento), em efetivo exercício nas IES do Município.	14	14	100%	X		
	13.1) Articular junto à União e às Instituições a oferta de pós-graduação Stricto Sensu no município, seguindo as necessidades de formação de profissionais na área da educação.	13.1) Articular junto à União e às Instituições a oferta e apoio aos profissionais da Educação para participar de programas de pós-graduação Stricto Sensu, seguindo as necessidades de formação de profissionais na área.	14	14	100%	X		
	13.2) Promover, de forma articulada com a União, a formação continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior.	Não sugerido alteração	14	14	100%	X		
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"	SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO	CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE EIXO					
			TOTAL DE DELEGADOS NO GT 5	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA RESOLUÇÃO DE DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	MAIS DE 50% VAI DIRETO PARA O REJEITADO Final	ENTRE 30% E 50% VAI PARA PRIMEIRA TURMA Final	MENOS DE 30% REJEITADO Final

META 14 - Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a elevar gradualmente a titulação de Mestres e Doutores.	Alterar a redação da meta para estar em consonância com a meta correspondente tanto do PNE quanto do PEE. Meta 14 (PNE): elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. Meta 14 (PEE): Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até o final da vigência deste Plano.	Meta 14 - Fomentar, em articulação com a União e o estado de Santa Catarina, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual prevista tanto no PNE quanto no PEE de Mestres e Doutores.	14	14	100%	X		
14.1) Fomentar junto à União e Estado o estímulo à integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às agências de fomento à pesquisa Estadual, Federal e Internacional.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração			#DIV/0!	X		
14.2) Estabelecer parcerias com os órgãos públicos, privados e agências de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação incentivando a atuação em rede e criando grupos de pesquisa.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração			#DIV/0!	X		
14.3) Promover, de forma articulada com a União, a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, sendo 4 (quatro) mestrados e 1 (um) doutorado até 2025.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração			#DIV/0!	X		
14.4) Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudos para pós-graduação lato e stricto sensu, aos professores e demais pesquisadores da educação pública municipal. Expandindo na Rede Municipal a oferta de bolsa escolar.	Adequar o texto da Estratégia para a realidade e competência do município.	14.4) Expandir e incentivar a alocação de recursos para pós-graduação lato e stricto sensu, aos professores e demais profissionais que atuam na educação pública municipal, estimulando na Rede Municipal a capacitação profissional.	14	14	100%	X		
14.5) Assegurar, na forma da lei, condições de formação e qualificação aos profissionais que atuam na educação especial, nas instituições de ensino superior. Expandindo a participação por meio de bolsas de estudos em pós-graduação fornecidas pelo município aos profissionais que atuam diretamente com este público em sala de aula.	Adequar o texto da Estratégia para a realidade e competência do município.	14.5) Incentivar, na forma da lei, a formação e a qualificação dos profissionais que atuam na educação especial, nas instituições de ensino superior. Expandindo a participação por meio de apoio e alocação de recursos para pós-graduação fornecidas pelo município aos profissionais que atuam diretamente com este público em sala de aula.	14	14	100%	X		


14.6) Participar com recursos financeiros na criação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes das IES públicas e privadas do município em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, em âmbito nacional e internacional.	Adequar o texto da Estratégia para a realidade e competência do município.	14.6) Apoiar a criação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes das IES públicas e privadas do município em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, em âmbito nacional e internacional.	14	14	100%	X		
HABILITAÇÃO DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs					
	NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"	SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO	TOTAL DE DELEGADOS NO GT 5	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM NA PLENÁRIA DE DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	MAIS DE 50% Vai direto para o resultado Final	ENTRE 30% e 50% Vai para a votação Final	MENOS DE 30% Vai para a votação Final
META 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, política de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	14	14	100%	X		
15.1) Ampliar, com qualidade, a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica, de acordo com a necessidade por área de conhecimento.	Alteração da estratégia para torná-la adequada as finalidades da Meta 15 e as competências do município.	15.1) Cooperar com a ampliação e a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica, de acordo com a necessidade por área de conhecimento.	14	14	100%	X		
15.2) Divulgar e incentivar o acesso ao financiamento estudantil aos matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004.	Alteração da estratégia para torná-la adequada as finalidades da Meta 15 e as competências do município.	15.2) Cooperar com a divulgação e o incentivo ao acesso de financiamento estudantil aos alunos matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004.	14	14	100%	X		
15.3) Articular, com as Instituições de nível superior, a reforma curricular dos cursos de licenciatura com o foco na melhoria da pedagogia e no foco na educação especial, na qualidade dos cursos ofertados e no aprendizado do estudante.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	14	14	100%	X		

15.4) Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	14	14	100%	X	
15.5) Instituir e consolidar, uma plataforma eletrônica em âmbito estadual, com dados de formação de todos os professores da rede pública, para organizar a demanda inicial de formação e a demanda de formação continuada dos profissionais da educação em Santa Catarina.	Alteração da estratégia para torná-la adequada as finalidades da Meta 15 e as competências do município.	15.5) Instituir e consolidar, uma plataforma eletrônica em âmbito municipal, com dados de formação de todos os professores da rede pública, para organizar a demanda inicial de formação e a demanda de formação continuada dos profissionais municipais da educação.	14	14	100%	X	
15.6) Implementar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.	Adequação da estratégia para torná-la adequada as finalidades da Meta 15 e as competências do município.	15.6) Implementar, quando necessário em âmbito municipal, programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício na rede pública municipal de educação.	14	14	100%	X	
15.7) Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, considerando as necessidades, expectativas e interesses dos docentes e dos respectivos sistemas de ensino, viabilizando a interdisciplinaridade.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	14	14	100%	X	
15.8) Garantir oferta de formação continuada mínima de 40 horas/ano, por área, a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.	Suprimir a expressão "por área", tendo em vista que as formações podem ocorrer sistematicas e conforme a demanda necessária, ademais adequar a estratégia as finalidades da Meta 15 e as competências do município.	15.8) Garantir oferta de formação continuada mínima de 40 horas/ano, a todos os profissionais da educação básica da rede municipal, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.	14	14	100%	X	
15.9) Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais de educação, sobre alunos e alunas, considerando o contexto étnico cultural, segurança e prevenção, para promoção de direitos sociais, objetivando criar um ambiente escolar livre de qualquer tipo de preconceito, discriminação ou violência.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	14	14	100%	X	

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)	LIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs					ENTRE 50% e 59% Vai para Plenária Final	MAIS DE 50% Voto em Branco para o Relatório Final	MAIS DE 50% Voto em Branco para o Relatório Final	MAIS DE 50% Voto em Branco para o Relatório Final
		NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"	SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO	TOTAL DE DELEGADOS NO GT 5	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DELEGADOS				
15.10) Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimediais para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	14	14	100%	X				
15.11) Incentivar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para os profissionais da educação.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	14	14	100%	X				
15.12) Favorecer a construção do conhecimento e a valorização da cultura da pesquisa para os profissionais da educação básica considerando e incluindo toda composição de acervos e materiais adquiridos para a escola e Unidades de contramão.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	14	14	100%	X				
META 16 - Formar 100% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação, até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.	Alterar a redação da meta para estar em consonância com a meta correspondente tanto no PNE quanto no PEE.	META 16 - Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação, até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.	15	12	80%	X				
	Meta 16 (PNE): Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.									
16.1) Garantir e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito municipal, durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior. Respeitado o disposto na legislação municipal vigente.	Adaptar o texto da estratégia de referência do PNE e torná-la alinhada a competência do município.	16.1) Consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem cursos de graduação e pós-graduação para os profissionais da educação básica, durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior.	15	15	100%	X				

16.2) Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas, capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	#DIV/0!	X	
NOME DO DELEGADO(A)			CPF	SEGMENTO	ASSINATURA
MARIA ESTER MENEGASSO				CONSEME/ENSINO SUPERIOR	
NILZETE TEIXEIRA				ENSINO SUPERIOR	
BRITA DE KACIA FAVRETTO THIBES				EDUCAÇÃO	
JOSEIAS ALVES PESSOA				EDUCAÇÃO	
MARA REGINA ZLUHAN		552201859-34		EDUCAÇÃO	
Allan Muller Schroeder		04345736986		Trabalhadores (as) em educação	
Ana Carolina Manhães de Oliveira Cavalcante		797.115.881-53		Trabalhadores (as) em educação	
Ângela Rousselet Crizel		363.243.530-87		Gestores (as)	
Josiane Teodoro da Silva Gomes		00748481940		Trabalhadores (as) em educação	
Jucelia Barcelos Martins		82390231934		Trabalhadores (as) em educação	
Luciane Terezinha Pinheiro Carlini		89575814991		Gestores (as)	
Naiara Gracia Tibola		053.459.379-82		Trabalhadores (as) em educação	
Ricardo de Pauli		05510354984		Trabalhadores (as) em educação	
Rodrigo Ramos Nogueira		39350001896		Comunidade Científica	
Thiago Rafael Machado		00870996916		Trabalhadores (as) em educação	
Vanessa Cruz da Silva		02328459994		Gestores (as)	
Vanessa Lima Bertolazi Simon		81908903015		Trabalhadores (as) em educação	
18					
19					
20					

ANEXO 2.6 – GT 6 - Planilha de Votação

<div></div> <div>PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ</div>		GT 6 - Referente as Metas 3 (ENSINO MÉDIO), Meta 8 (ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO), Meta 9 (ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS), Meta 10 (EJA INTEGRADA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL) e Meta 11 (EDUCAÇÃO PROFISSIONAL)									
Coordenador(a) do GT		RUDNEI JOAQUIM MARTINS									
Expositor(a) do GT		MARI									
Secretário(a) do GT		JUCELIA BARCELOS BARCELOS MARTINS									
Redator (a) do GT		ANAI, REJANE									
Membro de apoio		GIOVANA									
ENSINO MÉDIO		AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO		REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs					
		NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"		SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 6	TOTAL DE VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	MAS DE 50% Voto direito Rejeitada Final	ENTRE 50% e 90% Voto direito Rejeitada Final	MENOS DE 50% Voto direito Rejeitada Final
META 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezassete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).		Não existe nota técnica.		Não sugerido alteração		9	9	100%		X	

3.1) Institucionalizar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de conteúdos diversificados, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.	Não existe nota técnica.			9	9	100%	X		
3.2) Pactuar, entre União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de acordo com o § 3º do Ato nº 13.005/2014, a implementação dos diretos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurariam a base nacional comum curricular do ensino médio.	Não existe nota técnica.			9	9	100%	X		
3.3) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes e a participação dos estudantes nas escolas, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.	Não existe nota técnica.			9	9	100%	X		

3.4) Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas psicométricas que possibilitem a avaliação e a validação articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
3.5) Expandir a oferta de matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, garantindo igualdade de condições de acesso e permanência a todos.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
3.6) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas buscando a colaboração com as famílias, junto aos programas sociais de forma intersetorial.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
3.7) Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial em atendimento ao zoneamento das escolas de ensino médio, de forma a atender a demanda, respeitando, conforme a lei o número de alunos por sala e a realidade da comunidade onde a escola está inserida.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
3.8) Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão, buscando o auxílio do corpo técnico multidisciplinar.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
3.9) Viabilizar espaço específico e adequado para a equipe multidisciplinar atuar no atendimento à prevenção a todas as formas de discriminação.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X		

3.10) Estimular a participação dos estudantes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
3.11) Promover e acompanhar a celebração de um aniversário de educação básica profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
3.12) Promover, em parceria com Instituições de Ensino Superior, e incentivar os jovens do Ensino Médio a participarem de Programas de Orientação Profissional.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
3.13) Ofertar, em parceria com Instituições de Ensino Superior e Cursos Pré-Vestibulares aulas gratuitas para alunos do Ensino Médio de escolas públicas atendendo a todos os períodos escolares.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
3.14) Possibilitar a construção de mais unidades escolares, bem como, ajustar os espaços das unidades existentes com infraestrutura para auditórios, laboratórios, refeitórios conforme demanda da comunidade.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO	NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"	SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO	TOTAL DE DELEGADOS NO GT 6	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	MAIS DE 50% Vai direto para o Resultado Final	ENTRE 50% e 55% Vai para Resultado Final
							MEIOS DE 10% e 55% Vai para Resultado Final

<p>Meta 8 - Contribuir com a meta de elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançá-la, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.</p> <p>Meta 8 (PNE): Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançá-la, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.</p> <p>Meta 8 (PEE): Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançá-la, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):</p>	<p>Corrigir e aproximar a meta ao texto das metas de referência do PNE e PEE, pois a meta não trata do sistema de cotas nas universidades.</p> <p>Meta 8 (PNE): Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançá-la, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.</p> <p>Meta 8 (PEE): Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançá-la, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>
<p>8.1) Implementar ações no ambiente escolar que visem a concretização de todos para a diminuição das desigualdades sociais possibilitando sempre que necessário a inserção de todos com os mesmos padrões de qualidade e atendimento.</p>	<p>Não existe nota técnica.</p>	<p>Não sugerido alteração</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>
<p>8.2) Intensificar mecanismos de busca ativa promovendo o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.</p>	<p>Não existe nota técnica.</p>	<p>Não sugerido alteração</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>
<p>8.3) Contribuir com a redução das desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a igualdade de oportunidades educacionais, mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.</p>	<p>Não existe nota técnica.</p>	<p>Não sugerido alteração</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>
<p>8.4) Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos e metodologias pedagógicas específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.</p>	<p>Não existe nota técnica.</p>	<p>Não sugerido alteração</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>9</p>	<p>9</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>

8.5) Aderir, em regime de colaboração, à oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e institucionais federais, para os segmentos populacionais aqui considerados.	8.5) Aderir, em regime de colaboração, à oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e institucionais federais, para os segmentos populacionais aqui considerados.	9	9	100%	X			
ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS	NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"	SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO	CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs					
META 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 95% (noventa e nove por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	TOTAL DE DELEGADOS FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	MAIS DE 50% Voto direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Voto para Plenária Final	MEIOS DE 50% MENOS DE 30% Voto para Plenária Final	
9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	100%	X			
9.2) Realizar, por meio das secretarias estadual e municipal de educação, diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	100%	X			
9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	100%	X			
9.4) Executar ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte e alimentação escolar.	Solicitamos alteração da estratégia para a realização municipal que se torne executável no período de vigência deste PME.	9.4) Executar ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte e alimentação escolar, em parceria com a Secretaria de Assistência Social do município e com a rede estadual de ensino.	9	22%	X			22%

9.5) Apoiar as escolas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos na criação de projetos inovadores que visem o atendimento qualitativo dessa modalidade de ensino.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
9.6) Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
9.7) Incentivar o uso dos materiais didáticos oferecidos pelo MEC adaptando metodologias de acordo com as características de cada turma.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
9.8) Revisar os currículos de EJA adequando-os, sempre que se considerar necessário, às especificidades locais e características da clientela.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X		
9.9) Propor a criação, junto à Secretaria Municipal de Educação de Balneário Camboriú, do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, visando o atendimento às questões específicas deste segmento, no tocante às suas peculiaridades de planejamento, organização, articulação, coordenação, a integração, a execução e a avaliação das políticas públicas voltadas à EJA, que hoje não estão contempladas no organograma da referida secretaria.	Tornar a estratégia compatível com a organização administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Balneário Camboriú, reformulando o texto da estratégia.	9.9) Propor uma coordenação da modalidade EJA, vinculada ao Departamento Técnico Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Balneário Camboriú, visando o atendimento às questões específicas deste segmento, no tocante às suas peculiaridades de planejamento, organização, articulação, integração, execução e a avaliação das políticas públicas voltadas à EJA.	9	1	11%			X

EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs					
	NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"	SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO	TOTAL DE DELEGADOS NO GT 6	TOTAL DE DELEGADOS FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	MAIS DE 50% Vot direito Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Relatório Plenária Final	MENOS DE 30% Vot direito Relatório Plenária Final


<p>META 10 - Oferecer, no mínimo, 15% (quinze por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, em parceria com a Secretaria de Inclusão Social, Secretaria de Saúde e institutos federais de educação, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.</p>	<p>Alterar o texto da Meta 10 para que a redação da PNE: Meta 10 (PNE): oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Meta 10 (PNE): Oferecer, no mínimo, 15% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até o final da vigência deste Plano.</p>		9	9	100%	X	
<p>10.1) Adedir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de ensino de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.</p>	<p>Não existe nota técnica.</p>		9	9	100%	X	
<p>10.2) Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade e a profissionalização do trabalhador e do trabalhador.</p>	<p>Não existe nota técnica.</p>		9	9	100%	X	
<p>10.3) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.</p>	<p>Não existe nota técnica.</p>		9	9	100%	X	
<p>10.4) Adedir ao programa nacional de reconstrução e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.</p>	<p>Não existe nota técnica.</p>		9	9	100%	X	
<p>10.5) Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo interações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.</p>	<p>Correção do texto da estratégia conforme norma culta.</p>		9	9	100%	X	

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)	CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs					
		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 6	TOTAL DE DELEGADOS FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	MAIS DE 50% Vai direto para Relatório Final	ENTRE 50% e 59% Vai direto para Plenária Final	MEIOS DE 50% Vai direto para Relatório Final
	NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"						
	Alterar o texto da Meta 11 para que a redação da seja compatível com a de referência do PNE 2014 e a competência municipal e adequar o percentual de 80% para 50% da expansão no segmento público, pois o município não possui gerência pública.						
	Meta 11 (PNE): triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. Meta 16 (PNE): Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.	9	9	100%	X		
	11.1) Buscar o apoio da união na expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual e municipal de ensino.	9	9	100%	X		
	11.2) Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurando padrão de qualidade.	9	9	100%	X		
	11.3) Promover a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, a contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.	9	9	100%	X		
	11.4) Cooperar, por meio de divulgação, da institucionalização do sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.	9	9	100%	X		

11.5) Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial.	Readequar o texto da estratégia para a competência municipal e local.	11.5) Articular na rede municipal a promoção da expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial.	9	9	100%	X	
11.6) Prestar assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.	Readequar o texto da estratégia para a competência municipal e local.	11.6) Cooperar com a assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.	9	9	100%	X	
11.7) Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
11.8) Utilizar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores para ofertar formação nas instituições especializadas em educação profissional.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	X	
11.9) Fomentar e incentivar estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado e município.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	100%	
11.10) Viabilizar a construção de espaço físico para formação profissional, bem como, buscar parcerias para atendimento à demanda da qualificação profissional.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	9	9	100%	100%	
NOME DO DELEGADO(A)			CPF		SEGMENTO	ASSINATURA	
ARIANE DE SOUZA LINHARES			06294158974		Gestores (as)		
CARLOS ALBERTO DUARTE DA NÓBREGA			31547109734		Trabalhadores (as) em educação		
CLEVEONEI CLEBER FERNANDES LIZ DA SILVA			83201998915		Gestores (as)		
CRISTIAN MOURA			037.416.259-06		Trabalhadores (as) em educação		
ELIANE CRISTINA DOS SANTOS FERREIRA			80289762987		Gestores (as)		
IVANA CRISTINA LIMA CORDEIRO			61155934769		Trabalhadores (as) em educação		
JUCELIA BARCELOS MARTINS			82390231934		Trabalhadores (as) em educação		

RINEDA VELLEDA OLIVEIRA	78697239087	Trabalhadores (as) em educação	
SANDRA BARROS DA SILVA	57605840063	Trabalhadores (as) em educação	
SIRLEI SOARES	839.609.969-34	Trabalhadores (as) em educação	
MARI		Trabalhadores (as) em educação	
MARCIA MARIS MORETTI	58172386915	Trabalhadores (as) em educação	
ANAI		Trabalhadores (as) em educação	
GIOVANA		Trabalhadores (as) em educação	
REJANE CHRISTINE DE BARROS PALMA	479722119-49	Trabalhadores (as) em educação	
18			
19			
20			


ANEXO 2.7 – GT 7 - Planilha de Votação

<div><div>PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ</div></div> <div>GT 7 - Referente a Meta 17 (VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO), Meta 18 (META SOBRE OS PLANOS DE CARREIRA), Meta 19 (GESTÃO DEMOCRÁTICA) e Meta 20 (FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO)</div>										
Coordenador(a) do GT		LUIZ FELIPE GOLDFEDER REINECKE								
Expositor(a) do GT		IZADORA FERNANDES RIBAS								
Secretário(a) do GT		FABIO CUNDA								
Redator (a) do GT		ALICE DOS SANTOS, NATALIA AMARO								
Membro de apoio		MARCIA CRISTINA LAZARO								
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs							
	NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"	SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO	TOTAL DE DELEGADOS NO GT 7	TOTAL DE DELEGADOS FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO PARA O PROPOSTO Final	MAIS DE 50% Votos para o PROPOSTO Final	ENTRE 30% e 50% Votos para o PROPOSTO Final	MEIOS DE 30% Votos para o PROPOSTO Final		
	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	16	16	100%	X				
	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	16	16	100%	X				
	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	16	16	100%	X				
META 17 - Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica assegurando no Estatuto do magistério municipal a remuneração dos professores com base no piso nacional do magistério e com garantia da diferença salarial, de 20% a 50%, entre os níveis de graduação.										
17.1) Ampliar a melhoria das condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, de acordo com o Plano Nacional da Educação, como forma de garantia da qualidade na educação.										
17.2) Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.										

17.3) Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, permanentemente, criadas, excedentes e permanentes.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	16	16	100%	X	
17.4) Atualizar o plano de carreira, no máximo a cada 5 anos, em consonância com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação, visando garantir e ampliar os direitos contemplados no Estatuto do Magistério de Balneário Camboriú.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	16	16	100%	X	
17.5) Implantar gradualmente o cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.	Adequar estratégia conforme a demanda e a necessidade por carga horária das unidades de ensino.	17.5) Implantar gradualmente o cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar, de acordo com a necessidade e a carga horária existente.	16	16	100%	X	
17.6) Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão, administração escolar e atendimento educacional especializado, realizado por profissionais habilitados na área de atuação, assegurando a esses profissionais, de forma isonômica, com os professores do Ensino Fundamental, o direito à gratificação de função, equiparado aos demais profissionais de sala de aula.	Não existe nota técnica.	Alteração de "Educação Fundamental" por "rede municipal de ensino"	16	16	100%	X	
17.7) Implantar o benefício de insalubridade para todos os Profissionais da Educação.	Supressão da estratégia conforme a legislação trabalhista vigente na "Lei 6514, de dezembro de 1977 seção XIII" e "Norma Regulamentar No 15, anexo 14, portaria No 3214/78, do Ministério do Trabalho – Sentença Mantida – Recurso Improvido".	Mantém e incluir no texto "que tiverem amparo legal"	16	16	100%	X	
17.8) Informarizar as salas de aula adequando o espaço físico com as novas tecnologias tais como: lousa eletrônica, projetor multimídia e demais equipamentos atuais, capacitando os profissionais para uso desses equipamentos.	Não existe nota técnica.	Proposição para próxima avaliação incluir indicadores para uso dos profissionais da educação, bem como indicadores para monitoramento.	16	16	100%	X	
17.9) Garantir a remuneração, de acordo com os níveis, aos profissionais da Educação ACT na área de formação e de atuação quando o mesmo apresentar diploma comprovando tal qualificação.	Adequação do texto da estratégia conforme editais de contratação, pois a remuneração depende de critérios especificados a cada edital publicado.	17.9) Garantir a remuneração, de acordo com os níveis, aos profissionais da Educação. Admitidos em Caráter Temporário (ACT) na área de formação e de atuação quando apresentar diploma comprovando tal qualificação, de acordo com as regras especificadas no edital de convocação.	16	16	100%	X	
17.10) Assegurar e garantir a participação dos professores e demais profissionais da área de educação no processo de discussão e elaboração das diretrizes do plano de carreira e valorização profissional.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	16	16	100%	X	

17.11) Viabilizar, junto à Secretaria de Saúde do município, o direito à vacinação contra doenças infecciosas, considerando o contato profissional dos professores e Unidades Escolares, com grande número de pessoas.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	16	16	100%	X		
META SOBRE OS PLANOS DE CARREIRA	AVALIAÇÃO AO DOCUMENTO REFERÊNCIA - NOTAS TÉCNICAS (NT)		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs					
	NOTA TÉCNICA (NT) "JUSTIFICATIVA"	SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO	TOTAL DE DELEGADOS NO GT 7	TOTAL DE DELEGADOS FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	% DA VOTAÇÃO DOS DELEGADOS	MAS DE 50% Val direto Rolatório Final	ENTRE 30% e 50% Rolatório Final	MEIOS de 30% Rolatório Final
Meta 18 - Revisar, a partir da aprovação deste PME e sob a coordenação das respectivas comissões, os planos de carreira existentes para os profissionais da educação básica e garantir o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da constituição federal e a diferença de 20% a 50% entre os níveis.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	16	16	100%	X		
18.1) Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o quinto ano de vigência deste PME, 85% (oitenta e cinco por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 70% (setenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação, não docentes, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	16	16	100%	X		
18.2) Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, sejam eles efetivos ou contratados, supervisionados por equipe de profissionais experientes a fim de fundamentar, com base na prática pedagógica, a avaliação e a decisão pela elevação ou a continuidade do seu contrato, após o estágio probatório.	Não existe nota técnica.	Não sugerido alteração	16	16	100%	X		

ANEXO 3 – Atas dos Grupos de Trabalho (GTs)

						
ATA DO GT 1, REFERENTE AS METAS : 1 (EDUCAÇÃO INFANTIL) E META 6 (EDUCAÇÃO INTEGRAL).						
AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE UM, REUNIRAM-SE NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL GOVERNADOR IVO SILVEIRA, LOCALIZADO NA AVENIDA SANTA CATARINA, 637, BAIRRO DOS ESTADOS, OS MEBROS DO FORUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ JUNTO COM OS DELAGADOS INCRITOS E HOMOLOGADOS E DEMAIS PRESENTES, PARA A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (BC) PARA AVALIAREM E CONFERIREM SOBRE OS MONITORAMENTOS DO PME OCORRIDOS NOS ANOS DE 2017, 2018, 2019 E 2021. A PRIMEIRA CONFERÊNCIA OCORREU EM FORMATO DE SETE GRUPOS DE TRABALHOS (GTs) COM DECISÕES TOMADAS, TANTO NA PLENÁRIA DO EVENTO QUANTO NOS GTs. ESSE TRABALHO FOI COORDENADO PELAS COMISSÕES DA COFERENCIA E PELOS COORDENADORES DOS GTs ESCOLHIDOS PREVIAMENTE. A VOTAÇÃO NOS GTs, OCORREU CONFORME LISTA ABAIXO E OBSERVAÇÕES NECESSÁRIAS DE DESTAQUE, AO FINAL DESSA ATA, SÃO NOMEADOS OS INTEGRANTES DESSE GT.						
COORDENADOR(A) DO GT		SÔNIA REGINA SCHWATZ GARCIA/ TANIA MARA FERNANDES MARQUES				
EXPOSITOR(A) DO GT		DAGUIMAR ROMANA MACIEL LORENZETTI/ PATRICIA DOS SANTOS				
SECRETÁRIO (A) DO GT		DANIELA ADRIANE CESAR DA SILVA				
REDATOR (A) DO GT		MARLENE MAZUREK DOS SANTOS				
MEMBRO DE APOIO		PATRÍCIA DOS SANTOS				
EDUCAÇÃO INFANTIL		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs				
		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 1	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	1	17	17	100%	—	—
ESTRATÉGIAS	1.1	17	17	100%	—	—
	1.2	17	17	100%	—	—
	1.3	17	17	100%	—	—
	1.4	17	17	100%	—	—
	1.5	17	17	100%	—	—
	1.6	17	16	94%	—	—
	1.7	17	17	100%	—	—
	1.8	17	17	100%	—	—
	1.9	17	17	100%	—	—
	1.10	17	17	100%	—	—
	1.11	17	17	100%	—	—
	1.12	17	17	100%	—	—
	1.13	17	17	100%	—	—
	1.14	17	17	100%	—	—
	1.15	17	17	100%	—	—
	1.16	17	17	100%	—	—
	1.17	17	17	100%	—	—
	1.18	17	17	100%	—	—
	1.19	17	17	100%	—	—

ENDUCAÇÃO INTEGRAL		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs				
		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 1	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	6	17	17	100%	—	—
ESTRATÉGIAS	6.1	17	17	100%	—	—
	6.2	17	17	100%	—	—
	6.3	17	17	100%	—	—
	6.4	17	17	100%	—	—
	6.5	17	17	100%	—	—
	6.6	17	17	100%	—	—
	6.7	17	17	100%	—	—
	6.8	17	17	100%	—	—
	6.9	17	17	100%	—	—
	6.10	17	17	100%	—	—
	6.11	17	17	100%	—	—
	6.12	17	17	100%	—	—
	6.13	17	17	100%	—	—
	6.14	17	17	100%	—	—

OBSERVAÇÕES

O trabalho realizado nesta tarde pelo Grupo transcorreu de forma tranquila, com a participação de todos os 17 presentes. Nosso Grupo tinha a responsabilidade de avaliar as metas 1 - Educação Infantil e 6 - Educação Integral, sendo aprovadas todas as 19 estratégias da Meta 1 e as 14 estratégias da Meta 6.

Iniciamos pela Meta 1 e na estratégia 1.6 houve uma Moção, a qual foi redigida e assinada pela professora Elisângela Vieira Linhares e encontra-se em anexo.

Na estratégia 1.9, sugeriu-se acrescentar a existência da "data corte" prevista no Conselho Municipal de Educação, para o ingresso da criança de 6 anos no Ensino Fundamental, para que se torne mais clara.


A estratégia 1.13 não apresenta sugestão de alteração, mas o grupo concordou com a justificativa da Nota Técnica.

Quanto à Meta 6, o grupo concordou com a mesma, votando a favor. Porém, ao avaliar o cenário, inclusive o pandêmico, o grupo refletiu e pensa que a meta é bastante audaciosa, mesmo tendo sido reduzido o percentual de atendimento em tempo integral.

Diante da conclusão, com a votação e a assinatura dos presentes, deu-se por concluído o trabalho deste grupo no dia 15/12/21.

ORDEM	NOME	ASSINATURA
1	SÔNIA REGINA SCHWATZ GARCIA	Participou de outro G.T.
2	TANIA MARA FERNANDES MARQUES	Tania Marques
3	DAGUIMAR ROMANA MACIEL LORENZETTI	Daguimar Lorenzetti
4	DANIELA ADRIANE CESAR DA SILVA	Daniela Cesar Silva
5	MARLENE MAZUREK DOS SANTOS	Marlene Mazurek
6	PATRÍCIA DOS SANTOS	Patricia Santos
7	Elisângela Vieira Linhares	Elisângela Linhares
8	Rodrigo Ferreira Martins	Ausente
9	Renata Stella Neves Cunha	Renata Stella Neves Cunha
10	Tayanne flebbe	Tayanne Flebbe
11	Gabriela Mara Zandomenich	Gabriela Zandomenich
12	Graciane carneiro de oliveira	Graciane Carneiro de Oliveira
13	Regina Célia Vieira Galdino	Regina C. V. Galdino
14	CLAUDIA STEIN SILVA ROCHA	Claudia Stein Silva Rocha
15	Ana Cristina dos Santos Moraes	Ana Cristina dos Santos Moraes


16	Andrea Pereira da Silva Cavalcanti	C.O.T.
17	Maria Aparecida Croda Borges	Ausente
18	Rosimar Fontana	Rosimar Fontana
19	Monica Nunes	Mônica Nunes
20	Vanessa Cardoso	Cilistado Médico
21	Edemilson da Silva Muniz	Ausente
22	TATIANA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA SANTANA	Tatiana Figueiredo Santana
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

						
ATA DO GT 2, REFERENTE AS METAS: 2 (ENSINO FUNDAMENTAL) E META 5 (ALFABETIZAÇÃO).						
<p>AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE UM, REUNIRAM-SE NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL GOVERNADOR IVO SILVEIRA, LOCALIZADO NA AVENIDA SANTA CATARINA, 637, BAIRRO DOS ESTADOS, OS MEBROS DO FORUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ JUNTO COM OS DELAGADOS INCRITOS E HOMOLOGADOS E DEMAIS PRESENTES, PARA A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (BC) PARA AVALIAREM E CONFERIREM SOBRE OS MONITORAMENTOS DO PME OCORRIDOS NOS ANOS DE 2017, 2018, 2019 E 2021. A PRIMEIRA CONFERÊNCIA OCORREU EM FORMATO DE SETE GRUPOS DE TRABALHOS (GTs) COM DECISÕES TOMADAS, TANTO NA PLENÁRIA DO EVENTO QUANTO NOS GTs. ESSE TRABALHO FOI COORDENADO PELAS COMISSÕES DA COFERENCIA E PELOS COORDENADORES DOS GTs ESCOLHIDOS PREVIAMENTE. A VOTAÇÃO NOS GTs, OCORREU CONFORME LISTA DESCRITA ABAIXO E OBSERVAÇÕES NECESSÁRIAS DE DESTAQUE, AO FINAL DESSA ATA, SÃO NOMEADOS OS INTEGRANTES DESSE GT.</p>						
COORDENADOR(A) DO GT		ROBERT WAGNER SICHMANN				
EXPOSITOR(A) DO GT		ROBERT WAGNER SICHMANN				
SECRETÁRIO (A) DO GT		ISABELLA MARIA NUNES FERREIRINHA				
REDATOR (A) DO GT		ISABELLA MARIA NUNES FERREIRINHA				
MEMBRO DE APOIO		SANDRA BARROS DA SILVA / KARLA ROSANI COELHO				
ENSINO FUNDAMENTAL		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs				
		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 2	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	2	12	12	X		
ESTRATÉGIAS	2.1	12	12	X		
	2.2	12	12	X		
	2.3	13	13	X		
	2.4	13	13	X		
	2.5	13	13	X		
	2.6	13	13	X		
	2.7	13	13	X		
	2.8	13	13	X		
	2.9	13	13	X		
	2.10	13	13	X		
	2.11	13	13	X		
	2.12	13	13	X		
	2.13	13	13	X		
	2.14	13	13	X		
	2.15	13	13	X		
	2.16	13	13	X		
	2.17	13	13	X		
	2.18	13	13	X		

	2.19	13	13	X		
	2.20	13	13	X		
ALFABETIZAÇÃO		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs				
		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 2	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	5	13	13	X		
ESTRATÉGIAS	5.1	13	13	X		
	5.2	13	13	X		
	5.3	13	13	X		
	5.4	13	13	X		
	5.5	13	13	X		
	5.6	13	13	X		
	5.7	13	13	X		
	5.8	13	13	X		
	5.9	13	13	X		
	5.10	13	13	X		
	5.11	13	13	X		
	5.12	13	13	X		

OBSERVAÇÕES	<p>2.2 - Autenticação do texto. 2.7 - Verificar Artigo 10 (ECA) 2.15 - Autenticação do texto</p>	
	ORDEM	NOME
	1	Cassia Andrea Rosa
	2	Cristiane <i>Garrido</i>
	3	Emelisa Gomes Ferreira Gavasso
	4	Heoisa Helena De Souza Sanhudo
	5	Katia Cardoso Campos Simonetto
	6	Márcia Regina Algeri
	7	Marcos Bartel
	8	Marina Pereira da Silva
	9	Monica Nunes
	10	NATALINA BEATRIZ CAMPOS BAIROS
	11	ROSEMERI TERESINHA CENSI MARTINS
	12	RUTH CORDEIRO DE MELO BRAGA BATSCHE
	13	ROBERT WAGNER SICHMANN
	14	SALETE MARIA COLLE

15	Susane Ulrich	<i>Susane Ulrich</i>
16	Vanja Letícia dos Santos	<i>Vanja Letícia dos Santos</i>
17	ROBERT WAGNER SICHMANN	<i>Robert Wagner Sichmann</i>
18	ISABELLA MARIA NUNES FERREIRINHA	<i>Isabella Maria Nunes Ferreira</i>
19	SANDRA BARROS DA SILVA	<i>Sandra Barros da Silva</i>
20	KARLA ROSANI COELHO	<i>Karla Rosani Coelho</i>
21	<i>Rodolfo S. Martins</i>	<i>Rodolfo S. Martins</i>
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

 PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ						
ATA DO GT 3, REFERENTE A: META 4 (EDUCAÇÃO ESPECIAL - INCLUSIVA)						
<p>AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE UM, REUNIRAM-SE NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL GOVERNADOR IVO SILVEIRA, LOCALIZADO NA AVENIDA SANTA CATARINA, 637, BAIRRO DOS ESTADOS, OS MEBROS DO FORUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ JUNTO COM OS DELAGADOS INCRITOS E HOMOLOGADOS E DE MAIS PRESENTES, PARA A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (BC) PARA AVALIAREM E CONFERIREM SOBRE OS MONITORAMENTOS DO PME OCORRIDOS NOS ANOS DE 2017, 2018, 2019 E 2021. A PRIMEIRA CONFERÊNCIA OCORREU EM FORMATO DE SETE GRUPOS DE TRABALHOS (GTs) COM DECISÕES TOMADAS, TANTO NA PLENÁRIA DO EVENTO QUANTO NOS GTs. ESSE TRABALHO FOI COORDENADO PELAS COMISSÕES DA COFERENCIA E PELOS COORDENADORES DOS GTs ESCOLHIDOS PREVIAMENTE. A VOTAÇÃO NOS GTs, OCORREU CONFORME LISTA DESCRITA ABAIXO E OBSERVAÇÕES NECESSÁRIAS DE DESTAQUE, AO FINAL DESSA ATA, SÃO NOMEADOS OS INTEGRANTES DESSE GT.</p>						
COORDENADOR(A) DO GT		JESSICA PREIRA CARDOZO				
EXPOSITOR(A) DO GT		ANA CLAUDIA P. GONÇALVES				
SECRETÁRIO (A) DO GT		KATIA BRUN				
REDATOR (A) DO GT		SÔNIA REGINA SCHWATZ GARCIA				
MEMBRO DE APOIO		ANA CLAUDIA P. GONÇALVES				
EDUCAÇÃO INCLUSIVA		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs				
		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 3	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	4	11	11	100%		
ESTRATÉGIAS	4.1	11	11	100%		
	4.2	11	11	100%		
	4.3	11	11	100%		
	4.4	11	11	100%		
	4.5	11	11	100%		
	4.6	11	11	100%		
	4.7	11	11	100%		
	4.9	11	11	100%		
	4.10	11	11	100%		
	4.11	11	10	(100%) 91%		
	4.12	11	11	100%		
	4.13	11	11	100%		
	4.14	11	11	100%		
	4.15	11	11	100%		
	4.16	11	11	100%		
	4.17	11	11	100%		
	4.18	11	11	100%		
	4.19	11	11	100%		

4.20	۱۱	۱۱	۱۰۰٪		
4.21	۱۱	۱۱	۱۰۰٪		
4.22	۱۱	۱۱	۱۰۰٪		
4.23	۱۱	۱۱	۱۰۰٪		
4.24	۱۱	۱۱	۱۰۰٪		
4.25	۱۱	۱۱	۱۰۰٪		
4.26	۱۱	۱۱	۱۰۰٪		

OBSERVAÇÕES

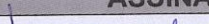






Tivemos um trabalho positivo, com um grupo atento e amigável. Tivemos 2 moções. Todas as metas e as estratégias tiveram mais de 50% de aderência em suas alterações.

No entanto tivemos discussões com relação
ao alcance das estratégias. Observamos
que muitas delas, análogadas como
alcançadas ou parcialmente alcançadas,
na verdade ainda não foram.


Registramos a importância de redução destas divergências, bem como a publicação dos indicadores das estratégias.

Estas kigias nā olcangadas: 4.4, 4.6, 4.7,
4.9, 4.10, 4.13, 4.14, 4.15, 4.17.

Na est. 4.24, nos ~~após~~ alterar: o auxiliar não é distribuído com mais a bodiagão por equipe, e também não pode formular atividades

ORDEM	NOME	ASSINATURA
1	JESSICA PEREIRA CARDOZO	
2	ANA CLAUDIA Peralta Gonçalves	
3	KATIA Brum	
4	Anete Ely Barbieri Duwe	
5	Carla Rosane Munari da Silveira	
6	Diogo Fernando da Silva	
7	Jessica Lysiane Becker	

8	JULIANA ANDREATTA FABER	<i>Juliana A. Faber.</i>
9	Maristela Oliveira Sutil	
10	Patricia Daiane Evangelista Batistella	<i>Patricia Batistella</i>
11	REGINA APARECIDA DA COSTA BARRETO	<i>Regina Barreto</i>
12	Silvana Bohrer Marcondes	
13	SÔNIA REGINA SCHWATZ GARCIA	<i>Sônia Regina Schwartz Garcia</i>
14	Kelly Trentin	<i>Kelly Trentin</i>
15	MARIZA DE FATIMA SPÍNOLA PEREIRA	<i>Mariza de Fatima Spínola Pereira</i>
16	SIMONE H. DOS S. ALMEIDA	<i>Simone Almeida</i>
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		



PREFEITURA

BALNEÁRIO

CAMBORIÚ


ATA DO GT 4, REFERENTE A META: 7 (QUALIDADE)

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE UM, REUNIRAM-SE NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL GOVERNADOR IVO SILVEIRA, LOCALIZADO NA AVENIDA SANTA CATARINA, 637, BAIRRO DOS ESTADOS, OS MEBROS DO FORUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ JUNTO COM OS DELAGADOS INCRITOS E HOMOLOGADOS E DEMAIS PRESENTES, PARA A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (BC) PARA AVALIAREM E CONFERIREM SOBRE OS MONITORAMENTOS DO PME OCORRIDOS NOS ANOS DE 2017, 2018, 2019 E 2021. A PRIMEIRA CONFERÊNCIA OCORREU EM FORMATO DE SETE GRUPOS DE TRABALHOS (GTs) COM DECISÕES TOMADAS, TANTO NA PLENÁRIA DO EVENTO QUANTO NOS GTs. ESSE TRABALHO FOI COORDENADO PELAS COMISSOES DA COFERENCIA E PELOS COORDENADORES DOS GTs ESCOLHIDOS PREVIAMENTE. A VOTAÇÃO NOS GTs, OCORREU CONFORME LISTA DESCRITA ABAIXO E OBSERVAÇÕES NECESSÁRIAS DE DESTAQUE, AO FINAL DESSA ATA, SÃO NOMEADOS OS INTEGRANTES DESSE GT.

COORDENADOR(A) DO GT	MAGALI KEHRWALD DA SILVA					
EXPOSITOR(A) DO GT	THAIS PEREIRA DE PAULA LIMA					
SECRETÁRIO (A) DO GT	CRISTIANE OELKE GRAEBIN - <i>Eliane Furtado</i>					
REDATOR (A) DO GT	THAIS PEREIRA DE PAULA LIMA - <i>Alexandre</i>					
MEMBRO DE APOIO	GISELLE MORELATTO THIBES					
QUALIDADE	CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs					
		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 4	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	7	10	10	X		
ESTRATÉGIAS	7.1	09	09	X		
	7.2	09	09	X		
	7.3	09	09	X		
	7.4	09	09	X		
	7.5	09	09	X		
	7.6	09	09	X		
	7.7	09	09	X		
	7.8	09	09	X		
	7.9	09	09	X		
	7.10	09	09	X		
	7.11	09	09	X		
	7.12	09	09	X		
	7.13	09	09	X		
	7.14	09	09	X		
	7.15	09	09	X		
	7.16	09	09	X		
	7.17	09	09	X		
	7.18	09	09	X		

	7.19	09	09	X		
	7.20	09	09	X		
	7.21	09	09	X		
	7.22	09	09	X		
	7.23	09	09	X		
	7.24	09	09	X		
	7.25	09	09	X		
	7.26	09	09	X		
	7.27	09	09	X		
	7.28	09	09	X		
	7.29	09	09	X		
	7.30	09	09	X		
	7.31	09	09	X		
	7.32	09	09	X		
OBSERVAÇÕES	<p>Nos quinze dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e um deu-se início a Primeira Conferência do Plano Municipal de Educação (PME) de Balneário Camboriú.</p> <p>Ocorreu tudo dentro da normalidade. Houve sugestões de alterações nas metas 7.13 / 7.15, sendo aprovadas.</p> <p>O redator Gilescande Steil Akud, fez a redação das sugestões.</p> <p>A partir da meta 7.1, nove delegados participaram e votaram nas metas.</p>					
ORDEM	NOME		ASSINATURA			

1	ANELISE ESCARAVACO	
2	CARLA ANDRADE NOVAES	<i>Carla Andrade</i>
3	CRISTIANE OELKE GRAEBIN	
4	FRANCIELLY DE LIZ DA S VICENTI	<i>Francielly de Liz das Vicenti</i>
5	GISELLE MORELATTO THIBES	<i>Giselle Thibes</i>
6	ISABELLA MARIA NUNES FERREIRINHA	
7	IVANA CRISTINA LIMA CORDEIRO CORDEIRO	
8	MAGALI KEHRWALD DA SILVA	<i>Magali Kehrwald</i>
9	NILO PASSOS DA SILVA	<i>Nilos</i>
10	SIMONE HERMES DOS SANTOS ALMEIDA	
11	THAIS PEREIRA DE PAULA LIMA	<i>Thais Lima</i>
12	ELIANE FURTADO	<i>Eliane Furtado</i>
13	ALEXANDRE STEIL ABEID	
14	Luana Leunski de Souza	<i>Luana L. de Souza</i>
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		


 PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ						
ATA DO GT 5, Referente as Metas: 12 (EDUCAÇÃO SUPERIOR), 13 (TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR), 14 (PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU), 15 (HABILITAÇÃO DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA) e 16 (FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA)						
<p>AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE UM, REUNIRAM-SE NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL GOVERNADOR IVO SILVEIRA, LOCALIZADO NA AVENIDA SANTA CATARINA, 637, BAIRRO DOS ESTADOS, OS MEMBROS DO FORUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ JUNTO COM OS DELEGADOS INCRITOS E HOMOLOGADOS E DEMAIS PRESENTES, PARA A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (BC) PARA AVALIAREM E CONFERIREM SOBRE OS MONITORAMENTOS DO PME OCORRIDOS NOS ANOS DE 2017, 2018, 2019 E 2021. A PRIMEIRA CONFERÊNCIA OCORREU EM FORMATO DE SETE GRUPOS DE TRABALHOS (GTs) COM DECISÕES TOMADAS, TANTO NA PLENÁRIA DO EVENTO QUANTO NOS GTs. ESSE TRABALHO FOI COORDENADO PELAS COMISSÕES DA COFERENCIA E PELOS COORDENADORES DOS GTs ESCOLHIDOS PREVIAMENTE. A VOTAÇÃO NOS GTs, OCORREU CONFORME LISTA DESCRITA ABAIXO E OBSERVAÇÕES NECESSÁRIAS DE DESTAQUE, AO FINAL DESSA ATA, SÃO NOMEADOS OS INTEGRANTES DESSE GT.</p>						
COORDENADOR(A) DO GT		NILZETE TEIXEIRA				
EXPOSITOR(A) DO GT		NILZETE TEIXEIRA				
SECRETÁRIO (A) DO GT		RITA DE KACIA FAVRETTO THIBES				
REDATOR (A) DO GT		OSEIAS ALVES PESSOA				
MEMBRO DE APOIO		MARA REGINA ZLUHAN				
CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs						
EDUCAÇÃO SUPERIOR		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 5	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	12	14	14	✓		
ESTRATÉGIAS	12.1	14	14	✓		
	12.2	14	14	✓		
	12.3	14	14	✓		
	12.4	14	14	✓		
	12.5	14	14	✓		
	12.6	14	14	✓		
	12.7	14	13	93% ✓		
	12.8	14	14	✓		
CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs						
TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 5	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	13	14	14	✓		
ESTRATÉGIAS	13.1	14	14	✓		

ESTRATÉGIAS		13.2				
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs				
		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 5	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	14	14	14	x		
ESTRATÉGIAS	14.1	14	14	x		
	14.2	14	14	x		
	14.3	14	14	x		
	14.4	14	14	x		
	14.5	14	14	x		
	14.6	14	14	x		
HABILITAÇÃO DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs				
		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 5	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	15	14	14	+		
ESTRATÉGIAS	15.1	14	14	+		
	15.2	14	14	+		
	15.3	14	14	+		
	15.4	14	14	+		
	15.5	14	14	+		
	15.6	14	14	+		
	15.7	14	14	+		
	15.8	14	14	+		
	15.9	14	14	+		
	15.10	14	14	+		
	15.11	14	14	+		
	15.12	14	14	+		
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs				
		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 5	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	16	15	12	90% x		
ESTRATÉGIAS	16.1	15	15			
	16.2	15	15	x		

OBSERVAÇÕES

ORDEM	NOME	ASSINATURA
1	MARIA ESTER MENEGASSO	
2	NILZETE TEIXEIRA	
3	RITA DE KACIA FAVRETTO THIBES	
4	OSEIAS ALVES PESSOA	
5	MARA REGINA ZLUHAN	
6	Allan Muller Schroeder	
7	Ana Carolina Manhães de Oliveira Cavalcante	
8	Ângela Rousselet Crizel	
9	Josiane Teodoro da Silva Gomes	
10	Jucelia Barcelos Martins	
11	Luciane Terezinha Pinheiro Carlini	
12	Naiara Gracia Tibola	
13	Ricardo de Pauli	
14	Rodrigo Ramos Nogueira	


15	Thiago Rafael Machado	<i>Thiago Rafael Machado</i>
16	Vanessa Cruz da Silva	<i>Vanessa</i>
17	Vanessa Lima Bertolazi Simon	<i>Vanessa Simon</i>
18	<i>Paulo Edson C. Oliveira</i>	<i>P-12</i>
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

 PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ						
ATA DO GT 6, Referente as Metas: 3 (ENSINO MÉDIO), 8 (ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO), 9 (ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS), 10 (EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL) e 11 (EDUCAÇÃO PROFISSIONAL)						
<p>AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE UM, REUNIRAM-SE NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL GOVERNADOR IVO SILVEIRA, LOCALIZADO NA AVENIDA SANTA CATARINA, 637, BAIRRO DOS ESTADOS, OS MEBROS DO FORUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ JUNTO COM OS DELAGADOS INCRITOS E HOMOLOGADOS E DEMAIS PRESENTES, PARA A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (BC) PARA AVALIAREM E CONFERIREM SOBRE OS MONITORAMENTOS DO PME OCORRIDOS NOS ANOS DE 2017, 2018, 2019 E 2021. A PRIMEIRA CONFERÊNCIA OCORREU EM FORMATO DE SETE GRUPOS DE TRABALHOS (GTs) COM DECISÕES TOMADAS, TANTO NA PLENÁRIA DO EVENTO QUANTO NOS GTs. ESSE TRABALHO FOI COORDENADO PELAS COMISSOES DA COFERENCIA E PELOS COORDENADORES DOS GTs ESCOLHIDOS PREVIAMENTE. A VOTAÇÃO NOS GTs, OCORREU CONFORME LISTA DESCRITA ABAIXO E OBSERVAÇÕES NECESSÁRIAS DE DESTAQUE, AO FINAL DESSA ATA, SÃO NOMEADOS OS INTEGRANTES DESSE GT.</p>						
COORDENADOR(A) DO GT		RUBENS JOAQUIM MARTINS				
EXPOSITOR(A) DO GT		RUBENS JOAQUIM MARTINS				
SECRETÁRIO (A) DO GT		ROJANE CRISTINA DO B. PAULA				
REDATOR (A) DO GT		ROJANE CRISTINA DO B. PAULA				
MEMBRO DE APOIO		DUCELIA BARBOSA LIMA				
CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs						
ENSINO MÉDIO		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 6	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	3	9	9	100%		
ESTRATÉGIAS	3.1	9	9	100%		
	3.2	9	9	100%		
	3.3	9	9	100%		
	3.4	9	9	100%		
	3.5	9	9	100%		
	3.6	9	9	100%		
	3.7	9	9	100%		
	3.8	9	9	100%		
	3.9	9	9	100%		
	3.10	9	9	100%		
	3.11	9	9	100%		
	3.12	9	9	100%		
	3.13	9	9	100%		
	3.14	9	9	100%		
	3.15	9	9	100%		

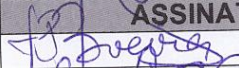
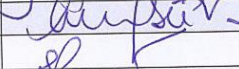
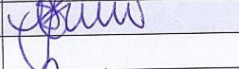
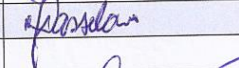

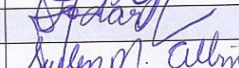
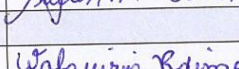
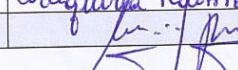





3.16		9	9	100%		
CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs						
ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 6	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	8	9	9	100%		
ESTRATÉGIAS	8.1	9	9	100%		
	8.2	9	9	100%		
	8.3	9	9	100%		
	8.4	9	9	100%		
	8.5	9	9	100%		
CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs						
ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 6	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	9	9	9	100%	—	—
ESTRATÉGIAS	9.1	9	9	100%	—	—
	9.2	9	9	100%	—	—
	9.3	9	9	100%	—	—
	9.4	9	2	—	—	22%
	9.5	9	9	100%	—	—
	9.6	9	9	100%	—	—
	9.7	9	9	100%	—	—
	9.8	9	9	100%	—	—
	9.9	9	1	—	—	11%
CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs						
EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 6	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	10	9	9	100%	—	—
ESTRATÉGIAS	10.1	9	9	100%	—	—
	10.2	9	9	100%	—	—
	10.3	9	9	100%	—	—
	10.4	9	9	100%	—	—
	10.5	9	9	100%	—	—
CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs						

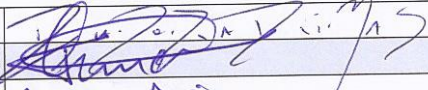
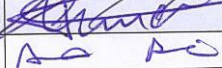
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 6	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	11	9	9	100%		
ESTRATÉGIAS	11.1	9	9	100%		
	11.2	9	9	100%		
	11.3	9	9	100%		
	11.4	9	9	100%		
	11.5	9	9	100%		
	11.6	9	9	100%		
	11.7	9	9	100%		
	11.8	9	9	100%		
	11.9	9	9	100%		
	11.10	9	9	100%		
OBSERVAÇÕES		<p>A votação no GT 6 ocorreu de forma tranquila. Foram deliberadas todas as votações de aprovação do texto proposto sendo que apenas as notas técnicas das estratégias 9.4 e 9.9 foram rejeitadas, as demais atingiram 100% dos votos.</p>				
ORDEM	NOME		ASSINATURA			

1	ARIANE DE SOUZA LINHARES	<i>Ariane</i>
2	CARLOS ALBERTO DUARTE DA NÓBREGA	<i>Carlos Alberto</i>
3	CLEVEONEI CLEBER FERNANDES LIZ DA SI	
4	CRISTIAN MOURA	<i>CRISTIAN</i>
5	ELIANE CRISTINA DOS SANTOS FERREIRA	
6	IVANA CRISTINA LIMA CORDEIRO CORDEIRO	
7	JUCELIA BARCELOS MARTINS	<i>Jucelia</i>
8	RINEDA VELLEDA OLIVEIRA	
10	SANDRA BARROS DA SILVA	
11	SIRLEI SOARES	<i>Sirlei Soares</i>
12	ODAIR	
13	MARI	
14	MARCIA	
15	ANAI	
16	GIOVANA	
17	<i>Elizian Pereira</i>	<i>Elizian Pereira</i>
18	<i>Regiane C. Barros</i>	<i>Regiane C. Barros</i>
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

 PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ						
ATA DO GT 7, Referente as Metas: 17 (VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO), 18 (META SOBRE OS PLANOS DE CARREIRA), 19 (GESTÃO DEMOCRÁTICA) e 20 (FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO)						
<p>AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE UM, REUNIRAM-SE NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL GOVERNADOR IVO SILVEIRA, LOCALIZADO NA AVENIDA SANTA CATARINA, 637, BAIRRO DOS ESTADOS, OS MEBROS DO FORUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ JUNTO COM OS DELAGADOS INCRITOS E HOMOLOGADOS E DEMAIS PRESENTES, PARA A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (BC) PARA AVALIAREM E CONFERIREM SOBRE OS MONITORAMENTOS DO PME OCORRIDOS NOS ANOS DE 2017, 2018, 2019 E 2021. A PRIMEIRA CONFERÊNCIA OCORREU EM FORMATO DE SETE GRUPOS DE TRABALHOS (GTs) COM DECISÕES TOMADAS, TANTO NA PLENÁRIA DO EVENTO QUANTO NOS GTs. ESSE TRABALHO FOI COORDENADO PELAS COMISSÕES DA COFERENCIA E PELOS COORDENADORES DOS GTs ESCOLHIDOS PREVIAMENTE. A VOTAÇÃO NOS GTs, OCORREU CONFORME LISTA DESCRITA ABAIXO E OBSERVAÇÕES NECESSÁRIAS DE DESTAQUE, AO FINAL DESSA ATA, SÃO NOMEADOS OS INTEGRANTES DESSE GT.</p>						
COORDENADOR(A) DO GT		LUIZ FELIPE GOLDFEDER REINECKE				
EXPOSITOR(A) DO GT		IZADORA FERNANDES RIBAS				
SECRETÁRIO (A) DO GT		FABIO CUNDA				
REDATOR (A) DO GT		ALICE DOS SANTOS, NATALIA AMARO				
MEMBRO DE APOIO		MARCIA CRISTINA LAZARO				
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs				
		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 7	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	17	16	16	100%		
ESTRATÉGIAS	17.1	16	16	100%		
	17.2	16	16	100%		
	17.3	16	16	100%		
	17.4	16	16	100%		
	17.5	16	16	100%		
	17.6	16	16	16 (100%)	16	
	17.7	16	16	16 (100%)		
	17.8	16	16	16 (100%)		
	17.9	16	16	100%		
	17.10	16	16	100%		
	17.11	16	16	100%		
CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs						

META SOBRE OS PLANOS DE CARREIRA		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 7	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	18	16	16	100%		
ESTRATÉGIAS	18.1	16	16	100%		
	18.2	16	16	100%		
	18.3	16	16	100%		
	18.4	16	16	100%		
	18.5	16	16	100%		
CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs						
GESTÃO DEMOCRÁTICA		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 7	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	19	16	16	100%		
ESTRATÉGIAS	19.1	16	16	100%		
	19.2	16	16	100%		
	19.3	16	16	100%		
	19.4	16	16	100%		
	19.5	16	16	100%		
	19.6	16	16	100%		
	19.7	16	16	100%		
	19.8	16	16	100%		
	19.9	16	16	100%		
	19.10	16	16	100%		
	19.11	16	16	100%		
CRITÉRIOS PARA A DELIBERAÇÃO NAS PLENÁRIAS DE GTs						
EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL DE DELEGADOS NO GT 7	TOTAL DE DELEGADOS VOTARAM A FAVOR DA ÚLTIMA DELIBERAÇÃO	MAIS DE 50% Vai direto para o Relatório Final	ENTRE 30% e 50% Vai para Plenária Final	MENOS de 30% Rejeitada
META	20	16	16	100%		
ESTRATÉGIAS	20.1	16	16	100%		
	20.2	16	16	100%		
	20.3	16	16	100%		
	20.4	16	16	100%		
	20.5	16	16	100%		
	20.6	16	16	100%		
	20.7	16	16	100%		
	20.8	16	16	100%		
	20.9	16	16	100%		

OBSERVAÇÕES	<p><i>Alterações sugeridas :</i></p> <p>17.5) Aprovada a sugestão de comissão.</p> <p>17.6) Inclusão de "rede municipal" no lugar de "rede municipal de ensino" ^{fundamental}</p> <p>17.7) Manter a estratégia e incluir o texto "que tiverem amparo legal".</p> <p>17.8) Proposição (III), incluir computadores para uso dos profissionais da educação, bem como indicadores para monitoramento.</p> <p>17.9) Aprovada a sugestão de comissão.</p> <p>18.3) Proposição (III), estudos de indicadores para monitoramento dos alunos e incentivos de pós-graduação.</p> <p>18.4) Aprovada a sugestão de comissão.</p> <p>18.5) Supressão de todos os profissionais da estratégia, mantendo o cargo de psicopedagogo.</p> <p>19.3) Aprovada a sugestão de comissão.</p> <p>19.5) Aprovada a sugestão de comissão.</p>		
	ORDEM	NOME	ASSINATURA
	1	ANA PAULA BOEIRA DA SILVA	
	2	ANDREA ARIANNA	
	3	ARIANI PIZZI	
	4	CAMILA LOPES FERREIRA PROVENZANO	
	5	CARMEM SUZANA MAIDANA	
	6	DAYANE REGINA MASSELA	
	7	FLÁVIA GADONSKI AVILA	
	8	JUAREZ REZENDE ARAUJO	
	9	MARCIA CRISTINA LAZARO	
	10	MONICA DENISE GODARTH	
	11	SUELEN MATEUS ALBINI DA SILVA	
	12	VANESSA DELGADO FENERICH	
	13	WALQUIRIA RAIMONDI	
	14	LUIZ FELIPE GOLDFEDER REINECKE	

15	IZADORA FERNANDES RIBAS	
16	FABIO CUNDA	
17	ALICE DOS SANTOS <i>Ana Alice</i>	<i>AO AO</i>
18	NATALIA AMARO	<i>Natalia Amaro</i>
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

*As todas foram propostas 5 moções,
e todas as metas e estratégias
foram debatidas e avaliadas.*

36 estratégias

ANEXO 4 - Moções apresentadas na Primeira Conferência de Avaliação do Plano Municipal de Educação de (PME) de Balneário Camboriú

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS
MONITORAMENTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

MOÇÃO Nº 01 /2021. GT 1

Senhora Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do Art. 13 do

Regimento Interno, a presente Moção de (nome)

Elisângela Vieira Linhares, a ser encaminhada
a Primeira Conferência de Avaliação dos Monitoramentos do Plano

Municipal de Educação de Balneário Camboriú, por (motivo):

Meta 1.5 → Estimular a articulação entre
pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de
formação para profissionais da "Educação"

- Considero o campo educacional um
território multi, onde diferentes profissio-
nais e formações utilizam como fonte de
pesquisa, cabendo considerar estes
profissionais (engenheiros, saúde, administração...)
Ex.: Equipe Secretaria do Planejamento, pesquisa
sobre uso de lâmpadas LED. (Economia)

Assinatura: [Assinatura].

Balneário Camboriú, 15 de dezembro de 2021.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS
MONITORAMENTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

MOÇÃO Nº 01 /2021.

GT 3

Senhora Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do Art. 13 do

Regimento Interno, a presente Moção de (nome)

Diego Fernando da Silva, a ser encaminhada
a Primeira Conferência de Avaliação dos Monitoramentos do Plano

Municipal de Educação de Balneário Camboriú, por (motivo):

Estratégia 4.11 - [...] sobre o Direito do Pessoa com
Deficiência e respeito à diversidade humana de
acordo com o Art 3 da LDB, bem como a adoção do
Sistema Braille para educandos cegos; LIBRAS TÁTIL para
surdos; Tecnologias assistivas para leitura e escrita
para deficientes auditivos; e Sistema Óptico para educandos
de baixa visão.

Assinatura: Diego Fernando da Silva
(Especialista em Educação).

Balneário Camboriú, 15 de dezembro de 2021.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS
MONITORAMENTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

MOÇÃO Nº 02 /2021.

GT 3

**Senhora Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do Art. 13 do
Regimento Interno, a presente Moção de (nome)**

Jenica Pereira Cardozo, a ser encaminhada
a Primeira Conferência de Avaliação dos Monitoramentos do Plano

Municipal de Educação de Balneário Camboriú, por (motivo):

Registro a importância de divulgação dos
indicadores das estratégias. Apenas com "sim -
não - parcial" não conseguimos avaliar e monito
rar adequadamente o nosso PME.

Assinatura: Jenica Pereira Cardozo.

Balneário Camboriú, 15 de dezembro de 2021.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS
MONITORAMENTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

MOÇÃO Nº 03 /2021.

GT 5

Senhora Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do Art. 13 do

Regimento Interno, a presente Moção de (nome)

ALLAN MÜLLER SCHRATZ, a ser encaminhada

a Primeira Conferência de Avaliação dos Monitoramentos do Plano

Municipal de Educação de Balneário Camboriú, por (motivo):

MANUTENÇÃO DO TEXTO ORIGINAL DA ZFI MUNICIPAL
DO PLANO QUANTO A MESA 16, MANUTENDO A
MESA DE 100% DE TITULAÇÃO COM REG. CLASSE
DE PROFESSORES DA REDE BÁSICA MUNICIPAL PÚBLICA

Assinatura:  _____.

Balneário Camboriú, 15 de dezembro de 2021.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS
MONITORAMENTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

MOÇÃO Nº 01 /2021. GT 7

Senhora Presidente,

Apresento a V.Exa., nos termos do Art. 16 do Regimento Interno,
a presente Moção de (nome)
17.7 Implantar o benefício de insalubridade, a ser
encaminhada a Primeira Conferência de Avaliação dos
monitoramentos do Plano Municipal de Educação de Balneário
Camboriú, por (motivo):

Que seja revista a jurisprudência visto
que existe insalubridade na educação básica.
Que seja ampliada para todo aquele professo-
nal que for exposto ao ambiente insalubre.

Assinatura:

ANDREA ARIANNA HORTINS

Balneário Camboriú, 15 de dezembro de 2021.

[Handwritten signatures]
Julen M. Albini, do siso, Walquíria, Gayem, Marcela, Natália Amaro, [signature]

MOÇÃO Nº 02 /2021. GT7

Devido a demanda de trabalho realizada durante sua hora atividade, uso do sistema i-educar.

Balneário Camboriú, 15 de dezembro de 2021.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS
MONITORAMENTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

MOÇÃO Nº 03 /2021. GT 7

Senhora Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do Art. 13 do
Regimento Interno, a presente Moção de (nome)

Tricopedagogia na Educação Básica, a ser encaminhada
a Primeira Conferência de Avaliação dos Monitoramentos do Plano
Municipal de Educação de Balneário Camboriú, por (motivo):

De acordo com a legislação atual, para
atender o público de estudantes com
dificuldade de aprendizagem, que não
são atendidos pelo atendimento (educação)
educacional especializado.

Assinatura:

Paralela Almeida Freire

Balneário Camboriú, 15 de dezembro de 2021.

Natalia Amarelo de

Julen M. Albini da Silva
Christina

Paula Walcyrina

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS
MONITORAMENTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

MOÇÃO Nº 04 /2021.

Senhora Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do Art. 13 do
Regimento Interno, a presente Moção de (nome) *de nupurais os artigos*
2º e 4º da Lei Complementar N.º 58/2012/2019, a ser encaminhada

a Primeira Conferência de Avaliação dos Monitoramentos do Plano
Municipal de Educação de Balneário Camboriú, por (motivo):

Aqui vemos que a lei complementar N.º 58
de 20 de dezembro de 2019, nos artigos
2º e 4º fazem de conta a meta 18, em
todos os nos estratégias, seja quanto a
horária e a equidade, isso também
para a meta 18.3, que é manter nos
planos de carreira dos profissionais
da educação do município, e isso
remunerados e incentivos para
qualificação profissional inclusive em ->

Assinatura: *Guariz Nizete Araújo*.

Balneário Camboriú, 15 de dezembro de 2021.

Guariz Nizete Araújo

Continua:

nível de ps - graduação SINGLO SENSU
sendo assim para que a meta 17 e 18
em todos os seus estratégias, seja sugerida
a retirada do artigo 96, em que
a licença remunerada será proporcionada
sempre no dia de imputada necessidade,
para casos de ps - graduação STRICT
SENSU, já que a licença remunerada
inclui o tempo de resposta e o discipli-
nas obrigatórias que existem na grade
desta ps - graduação (...) sendo que o artigo
50 do estatuto do magistério de B.C.,
fere de morte a isonomia e a equidade
entre os servidores readaptados, criando uma
divisão entre os readaptados, onde somente
os especialistas terão direito a licença
remunerada. O sugerido: é que todos
os servidores readaptados definitivamente, em
atendimento às unidades de ensino possuam
direito ao benefício da licença, desde
que as atribuições do novo cargo sejam
vinculadas à secretaria de educação.
Igualmente o artigo 51, em seu parágrafo
II, fere as metas 18, e 17, de morte, já
que os readaptados, não especialistas, não
podem sequer participarem do edital
da Licença remunerada. O servidor readaptado
é tão semelhante como um outro que não é,
a sua condição não pode ser uma desvantagem
para sua marginalização dentro da rede
municipal de ensino, não podendo ser
qualificado, e o mesmo não ~~podendo~~
~~ser~~ impedido de se qualificar.
Deveria ser justos e entre pela nova iso-
nomia.

Respeitosamente
Guilherme Augusto

EM ANEXO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS
MONITORAMENTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
MOÇÃO Nº 06 /2021.**

Senhora Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do Art. 13 do

Regimento Interno, a presente Moção de (nome)

SUGESTÃO P. ~~MUNICÍPIO~~ e ajuste ao Ponto 18.3., a ser encaminhada

a Primeira Conferência de Avaliação dos Monitoramentos do Plano

Municipal de Educação de Balneário Camboriú, por (motivo):

Que Artigo 4º da Lei nº 58:

42 - Poderão ser contemplados com a licença,
os professores readaptados pela Junta Médica Oficial
do município, em unidades de ensino.

6º O Artigo 5º da Lei Complementar nº 58,
de 20 de dezembro de 2019,

(V) Esta no efetivo exercício do cargo de
professor do ensino, pelo o professor
readaptado e os auxiliares, que da parte
técnica administrativa e pedagógica,

Assinatura: Guilherme Augusto Costa

na secretaria de educação

Balneário Camboriú, 15 de dezembro de 2021.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS
MONITORAMENTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(PME) DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

MOÇÃO Nº 05 /2021.

GT 7

Senhora Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do Art. 13 do
Regimento Interno, a presente Moção de (nome)

Gue. destaque que ^{META} ~~PARA~~ ARTIGO 19, a ser encaminhada
a Primeira Conferência de Avaliação dos Monitoramentos do Plano

Municipal de Educação de Balneário Camboriú, por (motivo):

"Que o ato de designar para os municípios
de diretor de Instituição de Ensino é de
competência do chefe do Poder executivo,
que nos termos deste decreto, atribua
a escolha da comunidade escolar, mediante
eleição direta a ser realizada em
reunioes em todos os municípios do
município."

Assinatura: Guariz Nizete Araújo Almeida

Balneário Camboriú, 15 de dezembro de 2021.

* Conforme o inciso VI, do artigo
206 da Constituição/88
INCISO VIII, do artigo 3º da Lei
9.294 de 20/12/96

